



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR – MPPGAV

DÉBORA DE OLIVEIRA LOPES DO REGO LUNA

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO À PÓS-
GRADUAÇÃO NA UFPB NO ANO DE 2014.

JOÃO PESSOA - PB
2016

DÉBORA DE OLIVEIRA LOPES DO REGO LUNA

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPB NO ANO DE 2014.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento ao requisito final para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior

Luna, Débora de Oliveira Lopes do Rego.

L961a

Análise da aplicação dos recursos do PROAP – Programa de Apoio a Pós-Graduação – na UFPB no ano de 2014 / Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna – João Pessoa, 2016.

106 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior (MPPGAV), 2016.

Orientador: Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior.

1. Pós-Graduação. 2. Gestão. 3. Políticas de Financiamento. 4. Planejamento. 5. PROAP. I. Sousa Junior, Luiz de. II. Título.

MPPGAV/UFPB

CDU – 378.147

DÉBORA DE OLIVEIRA LOPES DO REGO LUNA

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPB NO ANO DE 2014

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento ao requisito final para obtenção do Título de Mestre.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior
(Orientador) - MPPGAV

Profa. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes
(Examinador externo) - PPGE

Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho
(Examinador interno) - MPPGAV

À minha mãe, Maria José, aos meus irmãos, Ricardo e Rafael, e a Gabriel, fundamentais em todos os momentos, por incentivarem meus sonhos e compartilharem minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua sensível presença em todos os momentos de minha vida, e pela oportunidade de estar realizando um sonho.

À minha mãe, Maria José, por toda luta e sofrimento que teve para proporcionar-me uma educação ética e moral, sem a qual, jamais, eu teria chegado aqui. Pela ajuda, confiança e incentivo depositados diariamente, sobretudo, pelo amor de mãe.

Ao meu esposo, Gabriel Luna, por toda paciência para suportar minhas longas ausências, pela atenção, cumplicidade, afeto e pelo amor que me é dedicado.

Aos meus irmãos, Ricardo e Rafael, às minhas cunhadas, Jaquelline e Rayanny e ao meu padrasto, Urubatan, pelo apoio e incentivo de sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior, por sua orientação segura, pela confiança, compromisso, paciência e participação no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a executar e concluir esta dissertação.

Aos professores do MPPGAV, pelos ensinamentos e competência.

Aos colegas do MPPGAV, pela convivência diária e troca de experiências nessa jornada acadêmica.

Aos amigos, pelo apoio, companheirismo, paciência e, sobretudo, pelo incentivo amigo.

À amiga Amanda Luna, com quem pude partilhar meus momentos de angústia e de conquistas. Por suas palavras de incentivo e carinho quando precisei. Pela sua amizade.

Ao amigo Fernando, pela ajuda nos momentos mais difíceis, por me fornecer condições de realizar a minha pesquisa e pelas discussões sempre proveitosas acerca do tema da dissertação. Enfim, pela amizade e apoio em todos os momentos.

À amiga Jaismary, pelo apoio e compreensão, por acreditar no meu potencial e proporcionar condições de estudo nesse período, além da amizade e irmandade criadas nesses anos de convívio.

À Prof. Dra. Zelma Glebya, por se dispor a compartilhar e contribuir com minha pesquisa.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão de mais um passo em minha vida.

"A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa."

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo central analisar a gestão dos recursos do PROAP (Programa de Apoio à Pós-Graduação) no âmbito da UFPB no ano de 2014. A Pós-Graduação exerce papel fundamental na formação de recursos humanos e produção de conhecimento, capazes de impulsionar o crescimento de um país (CURY, 2004; FÁVERO, 1999; CUNHA, 1999, 2003). Grandes desafios e metas foram estabelecidos para a Pós-Graduação brasileira pelo Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG (2011-2020) e há relativo consenso quanto a necessidade de ampliar o investimento (SANTOS, 2004; SCHWARTZMAN, 2010). No entanto, os recursos do PROAP encaminhados para UFPB não foram utilizados em sua totalidade no ano de 2014. Questiona-se, portanto, o modo como foi efetivada a gestão desses recursos pelas Unidades Gestoras responsáveis pela aplicação dos recursos. Embora sejam considerados de pequena monta em relação ao orçamento total da UFPB, são imprescindíveis para o pleno desenvolvimento da Pós-Graduação. Daí a relevância de se estudar a gestão de tais recursos. A hipótese adotada para a presente dissertação é a de que a mudança de gestão dos recursos PROAP, que, em 2014, passou da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) para a Pró-Reitoria de Administração (PRA), tenha acarretado prejuízos à utilização dos recursos PROAP daquele ano, produzindo resultados negativos em sua execução. Isto explicaria o aumento expressivo do montante devolvido ao fim do exercício de 2014. Adotou-se o estruturalismo como método de abordagem da dissertação (THIRY-CHERQUES, 2004), uma vez que a aplicação dos recursos PROAP foi analisada em toda sua estrutura e nas relações do sistema com o ambiente externo. O método de procedimento adotado foi o monográfico e a pesquisa classificada como descritiva e de caráter qualitativo. Nesse sentido, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, discorreu-se sobre a evolução histórica da Pós-Graduação no Brasil, o seu financiamento e os eixos, diretrizes e metas estabelecidas no PNPG 2011-2020. Com base em dados primários obtidos junto ao Tesouro Gerencial, CAPES e UFPB, constatou-se que a mudança gerencial dos recursos PROAP em meio ao exercício financeiro de 2014, sem qualquer estudo ou planejamento, foi a causa fundamental para a expressiva devolução de tais recursos, confirmando a hipótese levantada inicialmente. Ao identificar as causas para o cenário apresentado, foram feitas sugestões e orientações para que a aplicação dos recursos PROAP seja realizada com a máxima eficiência, e, assim, atinja seus objetivos de fomentar a Pós-Graduação da UFPB.

Palavras-Chave: Pós-Graduação. Gestão. Políticas de Financiamento. Planejamento. PROAP.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the management of PROAP (Postgraduate Support Program) resources in the scope of the UFPB in 2014. The Postgraduate Program plays a fundamental role in the training of human resources and the production of knowledge capable of boosting the growth of a country (CURY, 2004; FÁVERO, 1999; CUNHA, 1999, 2003). Major challenges and goals were established for the Brazilian Postgraduate Program by the National Postgraduate Program - PNPG (2011-2020) and there is a relative consensus about the need to expand the investment (SANTOS, 2004; SCHWARTZMAN, 2010). However, the resources of PROAP sent to UFPB were not used in their entirety in the year 2014. Therefore, it is questioned how the management of these resources was managed by the Management Units responsible for the application of resources. Although they are considered small in relation to the total budget of the UFPB, they are essential for the full development of Postgraduate Studies. Hence the relevance of studying the management of such resources. The hypothesis adopted for the present dissertation is that the change in management of PROAP resources, which in 2014 passed from the Pro-Rector's Office of Postgraduate (PRPG) to the Pro-Rector's Office of Administration (PRA), caused losses to the use of PROAP resources of that year, producing negative results in its execution. This would explain the significant increase in the amount returned at the end of 2014. Structuralism was adopted as a method for approaching the dissertation (THIRY-CHERQUES, 2004), since the application of PROAP resources was analyzed in its entire structure and in the relationships with the external environment. The procedure method adopted was the monographic and the research classified as descriptive and of qualitative character. In this sense, through a bibliographical and documentary research, it was discussed the historical evolution of the Postgraduate in Brazil, its financing and the axes, guidelines and goals established in PNPG 2011-2020. Based on primary data obtained from the Tesouro Gerencial, CAPES and UFPB, it was found that the managerial change of PROAP resources in the middle of the financial year 2014, without any study or planning, was the fundamental cause for the expressive return of such resources, confirming the hypothesis raised initially. In identifying the causes for the presented scenario, suggestions and guidelines were made so that the application of the PROAP resources is carried out with the maximum efficiency, and, thus, reaches its objectives of fomenting the Postgraduate of the UFPB.

Keywords: Postgraduate studies. Management. Funding Policies. Planning. PROAP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução da taxa de variação do PIB 2001 – 2015	41
Gráfico 2 - Evolução do número de Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> 1998 – 2014	43
Gráfico 3 - Evolução dos discentes da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> 1998 – 2014	43
Gráfico 4 - Evolução do orçamento do MEC 2004 a 2014, com valores atualizados para 2014 pelo IPCA.	48
Gráfico 5 - Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%).....	49
Gráfico 6 - Investimento Público Direto em Educação por Estudante, com Valores Atualizados para 2013 pelo IPCA, no Ensino Superior - Brasil 2000-2013.	50
Gráfico 7 - Bolsas concedidas pelo CNPq em 2014.....	57
Gráfico 8 - Evolução do investimento da CAPES em bolsas e fomento de 2002 a 2012, com valores atualizados para 2012 pelo IPCA.....	62
Gráfico 9 - Bolsas concedidas pela CAPES em 2014	63
Gráfico 10 - Evolução da concessão de recursos PROAP (em milhões R\$) no período de 2004 a 2014, com valores atualizados para 2014, pelo IPCA.....	66
Gráfico 11 - Recursos PROAP de 2014 por Região.....	67
Gráfico 12 - Evolução dos recursos PROAP devolvidos pela UFPB ao final de cada exercício de 2000 a 2015.	78
Gráfico 13 - Devolução dos recursos PROAP em 2014 pelas principais IFES do Nordeste.....	79
Gráfico 14 - Percentual de devolução de recursos por unidade gestora da UFPB em 2014.	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de doutores por mil habitantes.	40
Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2014.	46
Tabela 3 - Número de Matrículas, em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico, segundo a Categoria Administrativa das IES – 2014.	47
Tabela 4 - Despesa do Governo Federal em Educação por Grupo de Natureza da Despesa: 2004 a 2014.	48
Tabela 5 - Programas Oferecidos pelo CNPq.....	56
Tabela 6 - Programas Oferecidos pela CAPES.	61
Tabela 7 - Perfil Acadêmico-Administrativo – UFPB.....	71
Tabela 8 - Projeção de crescimento nos setores acadêmicos e administrativos.	74
Tabela 9 - Orçamento total autorizado para as IFES em 2014.	76
Tabela 10 - Distribuição do PROAP por IFES em 2014.....	77
Tabela 12 - Descrição das naturezas de despesa contempladas pelo PROAP.....	81
Tabela 13 - Execução dos créditos recebidos pela UFPB através do termo de cooperação - PROAP 1384/2014.	82
Tabela 14 - Relação dos programas de Pós-Graduação distribuídos por unidade gestora responsável.	83
Tabela 15 - Taxa de devolução dos recursos PROAP dos programas pertencentes à unidade gestora PRA, em 2014.	86

LISTA DE SIGLAS

- ABC** - Academia Brasileira de Ciências
- BRICS** – Grupo político de cooperação formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCA** - Centro de Ciências Agrárias
- CCAIE** - Centro de Ciências Aplicadas e Educação
- CCEN** - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
- CCHLA** - Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes
- CCHSA** - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
- CCJ** - Centro de Ciências Jurídicas
- CCM** - Centro de Ciências Médicas
- CCS** - Centro de Ciências da Saúde
- CCSA** - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CCTA** - Centro de Comunicação, Turismo e Artes
- CE** - Centro de Educação
- CEAR** - Centro de Energias Alternativas e Renováveis
- CEFET** – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CI** - Centro de Informática
- CIBIOTEC** - Centro de Biotecnologia
- CNEN** - Comissão Nacional de Energia Nuclear
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CT** - Centro de Tecnologia
- CT&I** – Ciência, Tecnologia e Inovação
- CTDR** - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
- DS** - Demanda Social
- EAD** - Ensino a Distância
- E-SIC** - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
- FAPs** – Fundações de Amparo à Pesquisa
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas
- FIES** - Fundo de Financiamento Estudantil
- FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos
- FNDCT** - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCTI – Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC – Ministério da Educação

PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional de Educação

PNPD - Programa Nacional de Pós-Doutorado

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PQI - Programa de Qualificação Institucional

PRA – Pró Reitoria de Administração

PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

SBPC - Sociedade para o Progresso da Ciência

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SECT's - Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia

SIG - Sistema Integrado de Gestão

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNB - Universidade de Brasília

USAID - Agência Norte-Americana de Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	23
2.1 Breve Histórico sobre a Pós-Graduação no Brasil	23
2.2 Implantação e Expansão da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	29
2.3 Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020	37
2.3.1 Eixos e Diretrizes do PNPG 2011-2020	38
2.3.2 Meta Principal do PNPG 2011 – 2020.....	39
3 POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	45
3.1 Financiamento da Educação Superior	45
3.2 Financiamento da Pós-Graduação.....	51
3.2.1 O Papel dos Órgãos de Fomento.....	51
3.2.1.1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ..	52
3.2.1.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES ..	57
3.2.1.2.1 PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação.....	63
4 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROAP NA UFPB NO ANO DE 2014	68
4.1 A UFPB no Contexto Nacional	68
4.2 A Pós-Graduação no Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB de 2014 a 2018.....	72
4.3 Gestão dos recursos em 2014	76
4.4 Análise da execução dos recursos PROAP em 2014	79
4.5 Possíveis causas da devolução dos recursos	88
4.6 Proposições e orientações	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

A Pós-Graduação tem um papel primordial em formar pessoas capazes de absorver, gerar e utilizar conhecimento. De fato, existe consenso no sentido de afirmar a importância do conhecimento para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país, bem como da incorporação de tal conhecimento às organizações e pessoas. Não há que se falar em desenvolvimento político, social, avanços e formação sem a presença de uma Pós-Graduação forte, desenvolvida e de qualidade.

Por isso, a Pós-Graduação brasileira tem sido submetida ao desenvolvimento de políticas públicas com objetivo de ampliar seu crescimento e melhorar sua qualidade. Nesse sentido, Romeo, Romeo e Jorge (2004) ressaltam que as ações políticas na Pós-Graduação conduzidas pelo estado brasileiro devem ter por base as demandas sociais brasileiras e as necessidades que a nova Sociedade do Conhecimento¹ exige.

Santos (2004) ressalta a importância da educação superior para sobrevivência e adaptação a essa Sociedade de Informação quando afirma que a gestão, a velocidade e a qualidade da informação são necessárias à competitividade econômica, a qual exige cada vez mais capital humano qualificado para a nova realidade. Para suprir essa necessidade emergente, o referido autor defende que as universidades devem estar a serviço dessa nova sociedade e da economia baseada no conhecimento, transformando-se internamente através das tecnologias da informação, da comunicação e dos novos tipos de gestão.

Verifica-se que as políticas públicas direcionadas à Pós-Graduação, atualmente, são implementadas para estimular a cooperação e integração entre os segmentos da sociedade em busca de maior capacidade de inovação e, conseqüentemente, de competitividade no cenário internacional.

O Brasil situa-se em posição intermediária, ainda distante de alcançar os índices relativos à Pós-Graduação de países com maior capacidade tecnológica e de bom nível de ciência e conhecimento. Por isso, em dezembro de 2010, foi lançado o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 – 2020, que tem por objetivo definir novas

¹ Segundo Castell (2003), trata-se de uma sociedade na qual as condições de geração de conhecimento e processamento de informação foram substancialmente alteradas por uma revolução tecnológica centrada no processamento de informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias da informação.

diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de Pós-Graduação e pesquisa no Brasil.

Além disso, foi elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, em outras instâncias do MEC e de órgãos do governo, exigindo a coordenação de propostas e atividades. De fato, pela primeira vez, um plano nacional de educação contempla as propostas de diretrizes e políticas do ensino de Pós-Graduação, isso porque o PNPG é parte integrante do PNE (BRASIL, 2010).

A Pós-Graduação brasileira tem grandes desafios a enfrentar e metas difíceis a atingir. Diante disso, faz-se necessário o aperfeiçoamento da gestão dos recursos alocados para continuar sua evolução. No entanto, não há nenhuma garantia, por qualquer tipo de vinculação orçamentária, dos recursos para a Pós Graduação, sejam eles de custeio ou de capital.

Os recursos para a Pós Graduação podem originar-se de diferentes fontes. São provenientes, em sua maioria, dos órgãos de fomento federais, como o orçamento da CAPES destinado especificamente a este nível de ensino, já que todos os níveis de pesquisas realizadas no Brasil concretizam-se no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

Além de aumentar o alcance do acesso à Pós-Graduação, a CAPES também tem por objetivo alavancar o padrão de excelência na pesquisa, pois, através do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), pretende-se proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos e para a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* mantidos por instituições públicas.

O MEC, fonte essencial de financiamento da educação, garante a permanência de professores doutores em tempo integral para atividades de pesquisa. O CNPq também apresenta contribuições efetivas nesse campo. Tornou-se indispensável para o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores através de seus programas de fomento à pesquisa científica e registro dos pesquisadores brasileiros na plataforma Lattes. Além disso, o CNPq está associado a outros órgãos que financiam centros de pesquisa e Universidades.

Nessa perspectiva, o interesse pelo tema da presente dissertação surgiu de uma inquietação em entender como os valores atualmente direcionados para a Pós-Graduação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) são utilizados, uma vez que,

ao analisar planilhas de controle do PROAP desta Instituição do ano de 2014, constatou-se que nem todos os recursos foram aplicados, sendo devolvidos à União no fim do exercício.

Diante do reconhecimento de que a Pós-Graduação brasileira só se desenvolverá com a utilização massiva dos investimentos governamentais, faz-se necessário identificar quais motivos acarretam a devolução de recursos imprescindíveis ao aprimoramento desse nível de ensino.

Portanto, o presente estudo tem por objetivo geral analisar a gestão dos recursos PROAP nos programas de Pós-Graduação da UFPB no ano de 2014. Para isso, estabeleceram-se como objetivos específicos os seguintes tópicos:

- Descrever a evolução histórica da Pós-Graduação no Brasil;
- Discorrer sobre o papel dos órgãos de fomento no financiamento e desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil;
- Entender como se dá a gestão dos recursos PROAP pela UFPB;
- Identificar possíveis problemas na gestão dos recursos PROAP;
- Apresentar soluções para que o PROAP atinja seus objetivos de proporcionar melhores condições para formação de pesquisadores e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do Brasil.

A hipótese estabelecida para a presente dissertação é de que a mudança de gestão dos recursos PROAP, que, em 2014, passou da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) para a Pró-Reitoria de Administração (PRA), tenha acarretado prejuízos à utilização dos recursos PROAP daquele ano, produzindo resultados negativos em sua execução. Isto explicaria o aumento expressivo do montante devolvido ao fim do exercício de 2014.

Para o desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados são de suma importância, pois, a partir destes, o pesquisador produz seus estudos de acordo com uma racionalidade objetiva.

Segundo Gil (2010), uma pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

Fonseca (2002), afirma ainda que a metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência.

Assim, a investigação científica, segundo Gil (2010), depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para alcançar seus objetivos, denominado de métodos científicos. Tais métodos, segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 83), são, portanto, “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido”.

No que diz respeito ao método de abordagem, este pode ser entendido como o caminho a ser seguido pela pesquisa. Para Prodanov e Freitas (2013), método é o conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa, que oferecem ao pesquisador normas genéricas destinadas a estabelecer o alcance da investigação, as regras de explicação dos fatos e a validade de suas generalizações.

Por se tratar de um estudo sobre gestão, trazendo consigo as especificidades do organizacional e do administrativo, optou-se por utilizar o método de abordagem científico estruturalista. Segundo Thiry-Cherques (2004), na abordagem estruturalista estudam-se as organizações e os processos administrativos, considerando-os como manifestações de regras presentes em estruturas mais profundas, de onde podemos tirar o seu significado, universalizando o conhecimento no campo organizacional e administrativo.

Thiry-Cherques (2004) assevera que, no estruturalismo, não há elementos isolados, mas sistemas de relações entre fenômenos, concentrando-se no modo como os elementos de um sistema convivem e se isolam, se combinam e se contradizem, se ajustam e se repelem, tratando os objetos como “posições em sistemas estruturados” e não objetos independentes de uma estrutura.

Dessa forma, as relações organizacionais e os processos administrativos não são considerados ideias ou coisas, mas apresentam estruturas que podem ser descritas, cientificamente, através da abordagem metodológica do estruturalismo.

Nessa esteira, a presente pesquisa, ao utilizar o método estruturalista, analisará de forma dinâmica a aplicação dos recursos PROAP nos programas de Pós-Graduação da UFPB, levando-se em consideração toda a estrutura e as relações do sistema com seu ambiente externo e com outros sistemas.

Os métodos de procedimento, ao contrário dos métodos de abordagem, são mais específicos, relacionando-se com os aspectos mais peculiares da pesquisa e não com o plano geral do trabalho. Nesse sentido, Lakatos e Marconi afirmam que

[...] os métodos de procedimento seriam etapas mais concretas da investigação com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio particular (LAKATOS E MARCONI 2010, p. 106).

Dessa forma, já partindo para uma etapa mais concreta da investigação, o método de procedimento utilizado foi o monográfico, uma vez que se realizou um exame particular de determinado grupo, no caso, os programas de Pós-Graduação da UFPB, analisando-se todos os seus fatores e aspectos influenciadores. Lakatos e Marconi (2010) afirmam que o procedimento monográfico parte do princípio de que um caso estudado profundamente pode ser considerado representativo.

Ao tratar da classificação dos tipos de pesquisa, Lakatos e Marconi (2010) afirmam que ela varia de acordo com o enfoque dado por cada autor. Uma mesma pesquisa pode ser enquadrada em várias classificações, desde que obedeça aos requisitos inerentes a cada tipo.

No presente estudo, a pesquisa desenvolvida pode ser classificada como sendo descritiva, pois visa delinear as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. (GIL, 2010). Deve-se conhecer a realidade estudada, analisar características, bem como, identificar seus problemas. Com esse escopo, serão estudados para a realização da presente pesquisa a evolução da Pós-Graduação no Brasil e o papel da CAPES para seu desenvolvimento.

Para o embasamento da pesquisa, este estudo procedeu ao levantamento bibliográfico e documental e buscou escudar-se na utilização de fontes primárias e secundárias. Os dados primários são resultados de documentos originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, ou seja, que não foram interpretados por um pesquisador para a solução do problema (ANDRADE, 2003).

Em suma, os dados primários são aqueles obtidos através das próprias organizações estudadas. Já os dados secundários, segundo Lakatos e Marconi

(2010), possibilitam a resolução de problemas já conhecidos ou que já foram pesquisados, analisados e interpretados.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2010), abrange toda a bibliografia já tornada pública sobre o tema, através de livros, publicações, pesquisas, teses etc. As fontes utilizadas para coleta dos dados foram os estudos realizados sobre o contexto de criação e desenvolvimento dos cursos de Pós-Graduação *stricto-sensu* no Brasil, com base nos dados da CAPES e CNPq, e discussões lançadas pelos autores que tratam do assunto tema desta dissertação.

Nessa esteira, procurou-se destacar os caminhos históricos que a Pós-Graduação Brasileira percorreu, desde sua instituição informal, a criação dos órgãos de fomento, até sua formalização e institucionalização com o Parecer Sucupira e todos os outros documentos que surgiram no intuito de promover e desenvolver a Pós-Graduação no Brasil, bem como destacar a importância da educação, em seu nível de Pós-Graduação, para o desenvolvimento do país, entre outros aspectos importantes para o desenvolvimento do presente estudo.

Com a pesquisa documental, coletaram-se todos os dados qualitativos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, a exemplo do Plano Nacional de Pós-Graduação, resoluções do PROAP e planilhas de gestão dos recursos PROAP da Universidade Federal da Paraíba, fornecidas pela Pró-Reitoria de Administração (PRA) desta Instituição. Com isso, tem-se por objetivo analisar a gestão dos recursos do PROAP nos programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

Prodanov e Freitas (2013) afirmam que a relevância da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta. Dessa forma, busca-se dar um tratamento analítico aos dados coletados, devendo existir, por parte do pesquisador, uma capacidade reflexiva e criativa para interpretar as informações e melhor utilizá-las na elaboração de suas conclusões.

Ainda do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a presente pesquisa se utilizou do estudo de caso, que consiste num estudo aprofundado de um determinado indivíduo, grupo ou comunidade. Gil (2010, p. 37) afirma que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Nessa senda, faz-se necessário examinar o fenômeno contemporâneo da gestão dos programas de Pós-

Graduação da UFPB através do estudo de caso. Isso porque, para Santos (2004), o estudo de caso possui uma metodologia de pesquisa classificada como aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais.

Quanto à abordagem, a presente pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa. Minayo (2003) afirma que a abordagem qualitativa é ideal para investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados para análises de discursos e de documentos. Essa abordagem permite ainda aprofundar a compreensão do fenômeno estudado, buscando explicar o porquê das coisas, sem se preocupar com a representatividade numérica. Prodonav e Freitas (2013, p.70), consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Minayo (2003) afirma que essa abordagem qualitativa é ideal para investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados para análises de discursos e de documentos.

Com isso, a partir da metodologia escolhida, tem-se por objetivo final deste estudo analisar a gestão dos recursos do PROAP na UFPB no ano de 2014, perpassando pelo ambiente da Pós-Graduação brasileira, desde a sua criação até os dias atuais, com base nos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de fomento CAPES e CNPq e discutindo as metas e diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 – 2020.

A dissertação é composta por quatro capítulos. O primeiro, de caráter introdutório, delimita o escopo do trabalho, justificativa, relevância e a abordagem metodológica.

No segundo Capítulo, denominado de “A Pós-Graduação no Brasil” será apresentado um breve histórico da Pós-Graduação brasileira, desde a colonização do Brasil à implantação formal da Pós-Graduação, e a análise dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, dando-se ênfase ao plano em vigor, o PNPG 2011-2020, com o objetivo de compreender os caminhos percorridos pela Pós-Graduação até o seu estágio atual.

O terceiro Capítulo, Políticas de Financiamento da Educação Superior, está destinado ao estudo do financiamento da educação superior, de maneira geral, e do financiamento da Pós-Graduação mais detalhadamente, analisando o papel das

agências de fomento que subsidiam este nível de ensino, com ênfase nos recursos oriundos do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP.

No quarto Capítulo, denominado de “Análise da Aplicação dos Recursos do PROAP na UFPB no ano de 2014”, a Pós-Graduação da UFPB será apresentada desde seu histórico até sua contextualização no âmbito nacional, bem como, será analisado o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 da UFPB no que diz respeito à Pós-Graduação. E, por fim, os dados da gestão dos recursos do PROAP de 2014 pelos programas de Pós-Graduação da UFPB serão analisados, na tentativa de identificar as razões para que os recursos sejam devolvidos ao fim do exercício.

Nas considerações finais, são destacadas as ideias centrais e relevantes para as discussões do presente estudo, bem como a apresentação de sugestões e encaminhamentos da pesquisa.

2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo, pretende-se discorrer sobre a Pós-Graduação no Brasil, com vistas à melhor compreensão da atual estrutura deste nível de ensino no país. Com esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para discorrer sobre a história da Pós-Graduação no Brasil e analisar o Plano Nacional de Pós Graduação vigente.

Dessa forma, ao realizar uma revisão da literatura², buscou-se captar o contexto histórico em que a Pós Graduação foi concebida, implantada, desenvolvida e consolidada, desde sua criação informal, datada da época da Colônia, perpassando sua criação oficial, em 1965, com o Parecer Sucupira, até o panorama atual com o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Segundo Cordova *et al* (1986), no Brasil Colônia, o ensino era limitado a níveis elementares, com a finalidade de socialização das gerações através da catequese, haja vista que os sistemas culturais eram influenciados pelos jesuítas. Não havia, portanto, o interesse na geração de conhecimentos de fronteiras que ultrapassassem o essencial para tal socialização.

Já Schwartzman (2001) declara que o Brasil praticava sua ciência como uma pálida imagem da ciência europeia, faltando estrutura, instituições e forças sociais para dar vida às realizações científicas do Brasil. Schwartzman (2001) aponta para o fato de que Portugal não tinha desenvolvido uma tradição científica própria e, por isso, não poderiam transferir alguma forma de ciência para os territórios ocupados, como faziam França, Holanda e Inglaterra, por exemplo.

Além disso, havia o interesse de manter os laços de dependência da colônia, o que motivou a resistência de Portugal às tentativas de desenvolvimento da ciência e do ensino superior brasileiro, uma vez que as solicitações de reconhecimento de *status* de Universidade a colégios instalados no Brasil, a exemplo do colégio da Bahia, e a equiparação dos graus conferidos por estes colégios aos emitidos pelos colégios de Portugal foram negados pela metrópole.

² Deve-se ressaltar a dificuldade de discorrer sobre a parte histórica do assunto proposto, isso porque, segundo Guterres e Rays (2005), não há uma compilação sobre a história da Pós-Graduação no Brasil, fazendo-se necessária a busca em vários textos de diversos autores para compor essa abordagem.

Para Cunha (2003), tratava-se de uma política de domínio da metrópole para com a colônia, criando, assim, um vínculo, uma dependência intelectual. Dessa forma, não havia, por parte de Portugal, a intenção de criar uma sociedade e instituições que pudessem produzir conhecimento, mas sim de explorar os recursos das nações colonizadas. Com esse escopo, foram desenvolvidas tecnologias inerentes às principais atividades econômicas do Brasil durante o período colonial, como a mineração do ouro e a produção de açúcar.

Houve modificação nesse panorama quando, em 1630, a Holanda, após disputas com Portugal, conquistou o nordeste brasileiro. Segundo Cordova *et al* (1986), os holandeses tinham interesse de instalar um centro de produção açucareira mais eficiente, sendo necessário, portanto, o desenvolvimento de novas técnicas.

Além disso, com a chegada da Corte Portuguesa³, instituições educacionais, com base no modelo de cátedras isoladas⁴, e científicas foram implantadas, a exemplo de escolas de Medicina, Matemática, Física, Engenharia e Belas-artes, além da fundação da Biblioteca Real e do Museu Nacional, o que favoreceu a vinda de cientistas e artistas para o Brasil.

Em 1822, um ano após a saída da Corte Portuguesa, a independência do Brasil foi declarada por Dom Pedro I, filho de D. João VI. O Primeiro Reinado foi marcado por conflitos entre D. Pedro I e os grupos que almejavam a reunificação do país a Portugal, e também com a oposição liberal que visava diminuir o poder do Imperador.

Com esse panorama, Schwartzman (2001) afirma que a economia estagnou e o setor externo perdeu impulso, o que fez com que o Brasil recuasse para um regime de isolamento e autossuficiência. Tal situação, por si só, sugere que a ciência e

³ No século XIX, os franceses, sob o comando de Napoleão Bonaparte, devassaram o exército de vários países com o intuito de apoderar-se de toda a Europa. No entanto, o objetivo não foi alcançado, pois não conseguiram vencer as forças militares e navais da Inglaterra. Com isso, Bonaparte decretou o Bloqueio Continental que proibiu a negociação de qualquer país com a Inglaterra. Portugal, governado pelo príncipe regente Dom João, era aliado da Inglaterra e não aceitou o bloqueio, mesmo não tendo condições de enfrentar o exército de Napoleão. A saída encontrada foi a mudança da comitiva portuguesa para o Brasil. Dessa forma, em novembro de 1807 e sob proteção da força naval inglesa, Dom João, seus herdeiros e a nobreza portuguesa, cerca de 15 mil pessoas, mudaram-se para o Brasil.

⁴ Segundo Luiz Antônio Cunha (2003, p. 154), eram unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que, com seus próprios meios, ensinava seus alunos em locais improvisados.

tecnologia no Brasil não evoluíram, de maneira considerável, nesse período turbulento.

No ano de 1830, D. Pedro abdica do poder e, em 1840, seu filho, D. Pedro II, de apenas quinze anos, foi coroado Imperador. O Segundo Reinado foi marcado pela crescente expansão econômica e demográfica e pela consolidação política do país. Além disso, uma cultura moderna passou a ser desenvolvida na capital do país, influenciada pela presença de europeus no Brasil.

Para Schwartzman, a atuação de Dom Pedro II para o novo panorama que surgia foi essencial, pois

o apogeu da ciência imperial foi marcado pela presença ativa do próprio Imperador em todos os assuntos relacionados com a ciência, a tecnologia e a educação. Fazendo o papel de Mecenas, o interesse de Dom Pedro II pelas ciências o levou a buscar a companhia de cientistas, tanto no Brasil como no exterior, e a participar de todos os acontecimentos culturais e científicos mais importantes do país (SCHWARTZMAN, 2001, p. 71).

No entanto, mesmo com a tentativa de transformação da economia e crescimento industrial, não havia ainda no Brasil uma compreensão do papel dessas instituições, isso porque tratava-se de elite de origem rural que limitava o processo de pesquisa científica.

Até o início da República, a precariedade da atividade científica é evidente. Não havia setores sociais significativos que julgassem a atividade científica suficientemente valiosa e importante para justificar o interesse e o investimento por parte da nação. (MESCOUTO, 2012).

Não obstante, várias instituições foram criadas no fim do século XIX, sua grande maioria na cidade de São Paulo, como o Instituto Vacinogênico, o Instituto Butantã e o Instituto de Manguinhos no Rio de Janeiro, entre outras. Tais instituições foram responsáveis pela produção científica brasileira até meados dos anos de 1930.

Para Schwartzman,

[...] as instituições científicas criadas nos primeiros anos da República focalizavam principalmente a aplicação dos seus resultados ao que era visto como as necessidades mais prementes do Brasil: a exploração dos recursos naturais, a expansão da

agricultura e o saneamento dos principais portos e cidades (SCHWARTZMAN 2001, p. 100).

A partir do ano de 1911, com a Reforma Rivadávia Corrêa, implementada através do Decreto de nº 8.659, de 5 de abril, os estabelecimentos de ensino governamentais passaram a ser corporações autônomas, dotadas de autonomia didática, administrativa e financeira, além da liberdade para eleger seus diretores, cenário bem distinto do vivenciado no período imperial.

Ainda assim, a ciência era feita de maneira artesanal e por intelectuais independentes, no entanto, para Cordova *et al* (1986), na década de 1920, existe uma espécie de divisor de águas na ciência brasileira, com a realização da Semana de Arte Moderna, com a fundação da Associação Brasileira de Educação que junto à Academia Brasileira de Ciências agitou intelectualmente e cientificamente o país.

Para Moraes (2000), além dos eventos citados por Cordova *et al*, o ambiente cultural brasileiro foi bastante abalado pelo movimento nazifascista⁵ na Europa, pelas pressões sociais, pelo avanço da acumulação capitalista que vinha por transformar o polo urbano industrial na economia, pela Depressão de 1929, e pela tendência de uma maior centralização do poder pelo governo federal, entre outros. Tal impacto se deu no desenvolvimento do ensino superior e na formação intelectual dos jovens oficiais, que estiveram à frente da Revolução de 1930⁶.

Para Cordova *et al* (1986), através desses acontecimentos e movimentações na área técnico-burocrática e com a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, e da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, as atividades científicas no Brasil foram influenciadas.

Professores estrangeiros foram atraídos e acabaram por contribuir para mudanças metodológicas na forma de trabalho e padrões teóricos e científicos. Trouxeram consigo um modelo institucional de estudo na Pós-Graduação.

⁵ O movimento nazifascista surgiu no período entre guerras e era caracterizado por ser um regime totalitário, que concentrava o poder no Estado e na figura de um líder, além de ser capitalista e anticomunista. O nazismo teve origem na Alemanha e teve Adolf Hitler como líder. Já o fascismo nasceu na Itália sob o comando de Mussolini.

⁶ No final da década de 1920 a República Velha e suas Instituições eram contestadas. Divergências entre as oligarquias regionais contra a política do Café com Leite e dos problemas enfrentados pelo setor cafeeiro com a crise sofrida mundial de 1929 contribuíram para esse cenário. Com isso, uma aliança entre os Estados do Rio Grande do Sul e a Paraíba foi formada, tendo Getúlio Vargas e João Pessoa à frente, a denominada Aliança Liberal. Derrotada nas eleições, a Aliança optou pela luta armada, que recebeu o apoio dos militares e das classes médias urbanas insatisfeitas. A Revolução se deu, portanto, com Júlio Prestes impedido de assumir a presidência e Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório revogando a Constituição de 1891 finalizando a era da República Velha e dando início à República Nova.

Balbachevsky afirma que o esquema central desse modelo era

[...] a relação tutorial que se estabelecia entre o professor catedrático [brasileiros ou não] e o pequeno número de discípulos, os quais também atuavam como auxiliares do professor nas atividades de ensino e pesquisa (BALBACHEVSKY, 2005, p. 187).

Com a eclosão da II Guerra Mundial, de 1939 a 1945, surgiu o interesse em aprofundar a formação técnico-científica, criando condições para o avanço da industrialização e grande impacto nas Forças Armadas. Com isso, o Governo patrocinou intercâmbio de professores, cientistas e técnicos em programas de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Segundo Mescouto (2012), esse intercâmbio produziu efeito significativo sobre os valores e métodos de trabalho e de atuação sócio-política dos cientistas brasileiros. Isso porque eram intensas as discussões sobre a influência que a guerra exercia nos avanços científicos e tecnológicos.

Nesse sentido, Cordova *et al* afirmam que:

[...] dessas múltiplas vertentes de autodesenvolvimento, de convivência com mestres estrangeiros, de lutas pela conquista de espaços, de agregação socioprofissional, de intercâmbio externo e de formação de grupos e tendências e de correntes de ideias políticas e educacionais, é que se forma o caudal de forças atuantes no desenvolvimento da comunidade científica das décadas seguintes, e nos primeiros surtos de implantação de estudos pós-graduados (CORDOVA et al 1986, p. 11).

Constata-se, no entanto, que as iniciativas de pesquisa e Pós-Graduação estavam concentradas na área de física, química, tecnologia, medicina, engenharia, entre outras. Não havia menção à área de Ciências Humanas até a década de 1960. Para Schwartzman (2001), isso se deve ao fato de que a legislação oriunda da Reforma de Francisco Campos⁷, de 1931, não admitia a possibilidade de que as universidades tivessem a iniciativa de se organizar de forma diferente e ainda orientava que as faculdades de filosofia deveriam formar professores secundários, não contemplando em seus planos o estudo mais avançado da matéria.

⁷ Primeira reforma educacional realizada na Era Vargas (1930-1945) sob o comando de Francisco Campos, o então ministro da educação e da saúde. Implantada em 1931, a Reforma previa, entre outras medidas, a criação do Conselho Nacional de Educação, a organização do ensino secundário e comercial e a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário. O nível superior recebeu uma nova orientação voltada para a pesquisa e difusão da cultura.

Já na Universidade de São Paulo, o Instituto de Educação era destinado à formação de professores, o que ressaltava a inexistência de interesse em investir na formação de pesquisadores na área de ciências humanas.

Além das Universidades, que ocuparam importante papel na institucionalização da pesquisa, deve-se ressaltar o papel de outros Institutos que também contribuíram para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Destaca-se o papel do Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), criado em 13 de janeiro de 1937, que teve seu nome modificado em 1938 para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Segundo o Decreto-Lei nº 580 de 1938, o INEP tinha por função:

[...] organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos. Também cabia ao Inep participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União (BRASIL, DECRETO-LEI 580 de 1938).

Em 1944, o INEP lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), passando a publicar todas as informações relativas à educação produzidas no país.

A criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) também data do ano de 1944, e tinha por objetivo a formação, especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos para funções administrativas e pesquisa socioeconômica.

Guterres e Rays (2005) destacam ainda a fundação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, em 1952, que oferecia cursos de formação técnica, livre e de Pós-Graduação, e o Instituto Técnico de Aeronáutica que, entre suas finalidades, estimulava a pesquisa e a Pós-Graduação com o intuito de formar docentes e pesquisadores.

Não se pode olvidar da importância da criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no ano de 1951, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), também de 1951. Tais órgãos representaram um marco na organização da pesquisa no Brasil quanto a acompanhamento, avaliação e fomento. Desempenham, ainda hoje,

importante papel na Pós-Graduação brasileira, motivo pelo qual serão tratados em capítulo específico adiante.

Com isso, ao fazer uma análise da parte inicial da historiografia da Pós-Graduação no Brasil, pode-se constatar a escassez de estudo sobre o tema. Destaca-se também a iniciativa de intelectuais independentes que se organizaram e criaram institutos e órgãos não universitários que contribuíram para a pesquisa. Isso porque não existia por parte do governo o investimento na formação de pesquisadores e, quando houve, concentrava-se nas áreas de física, química, biologia, medicina, engenharia, entre outros, deixando de lado os cursos da área de Ciências Humanas.

2.2 IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

A implantação da Pós-Graduação brasileira data do início dos anos de 1930, uma vez prevista no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras e tratou sobre a organização do ensino superior brasileiro. O curso de Pós-Graduação é definido no referido decreto em seu artigo 71.

Pode-se afirmar que a Pós-Graduação se desenvolveu, inicialmente, sem qualquer regulamentação externa, e tinha por objetivo formar professores para atender com qualidade à expansão do ensino superior e ao consequente desenvolvimento da pesquisa científica.

As primeiras Universidades brasileiras atraíram professores estrangeiros que trouxeram consigo um modelo institucional de estudo na Pós-Graduação. No entanto, tratavam-se de experiências e iniciativas de dimensões limitadas e de pequeno impacto, já que se restringiam a seletos grupos encontrados em algumas das universidades então existentes no Brasil.

Na década de 1940, um acordo assinado pelo Brasil e os Estados Unidos, por força dos possíveis efeitos da Guerra Fria, firmava convênios entre escolas e universidades brasileiras e norte-americanas para a realização de um intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores em nível de Pós-Graduação. No entanto, nada que impulsionasse em curto prazo a Pós-Graduação no Brasil. Isso porque a pesquisa não fazia parte do trabalho da maioria dos docentes. Nesse sentido, Mendonça destaca que:

o modelo de universidade que se firma no Brasil, ao longo dos anos 1940, e que prevalece até os anos 1960, é o modelo de universidade-federação de escolas profissionais, no qual a pesquisa científica tem um espaço bastante limitado (MENDONÇA, 2003, p. 297).

Com isso, Cordova *et al* (1986, p.1) afirmam que “movimentos predominantemente exógenos aos processos que movem o sistema de ensino superior” geraram os estudos de Pós-Graduação no Brasil.

Nos anos de 1950, destaca-se a criação, formal e sistemática, dos primeiros órgãos de fomento à pesquisa e à Pós-Graduação no país: a CAPES, inicialmente chamada de Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, posteriormente, sendo chamada de Coordenação, e o CNPq. A primeira tinha por objetivo a formação de pessoal de alto nível em todas as áreas de conhecimento para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam o desenvolvimento econômico e social do país, através da distribuição de bolsas de estudo no Brasil e no exterior. E o segundo foi direcionado para capacitação e formação de recursos humanos nas áreas científicas fundamentais e, mais especificamente, segundo Cordova *et al* (1986), desenvolver e controlar todas as atividades relacionadas à energia atômica no Brasil.

Ainda nos anos de 1950, o modelo de universidade destacado por Mendonça (2003) entrou em crise, devido à forte influência da política desenvolvimentista que era exercida no País e face à industrialização e à ascensão social que ocorreram diante de tal influência. Isso fez com que a reforma da Universidade se tornasse questão importante para discussão. No entanto, até 1960, nenhuma mudança foi apresentada ou aprovada, apesar de que, segundo Mendonça (2003), a comunidade científica do Brasil desenvolveu-se e articulou-se na luta para ampliar as condições de trabalho e promover avanços científicos.

Ademais, o aumento de matrículas no ensino superior exigia a existência de outro nível de estudo. Nesse sentido Cordova *et al* afirmam que

[...] o crescimento das matrículas no ensino superior, ao longo desse período, terá um efeito decisivo sobre a demanda por Pós-Graduação, na medida em que passa a existir uma pressão por diferenciação dos graus educacionais obtidos para o acesso a empregos hierarquicamente superiores. Ou seja, há candidatos em grande número – potencialmente – para uma Pós-Graduação (que

melhor se diria especialização) de caráter estritamente profissionalizante (CORDOVA et al 1986, p. 19).

A necessidade de mudança do modelo de Universidade era tão clara que, mesmo com o impacto do golpe militar, em 1964, era impossível evitar o seu processo de transformação. Para Santos (2003), foi na década de 1960 que houve grande impulso na Pós-Graduação brasileira, mais precisamente no ano de 1965, momento em que o Governo Federal utilizou-se do modelo norte-americano, através de um convênio firmado com a Fundação Ford e formalizou a Pós-Graduação como um novo nível de educação (MORAIS, 2000).

Com isso, segundo Cordova *et al* (1986), destaca-se: a Universidade de Viçosa – MG, que, em 1961, deu início à Pós-Graduação em sua Escola de Agronomia; a implantação de mestrado e doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; do doutorado no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); cursos de Pós-Graduação no ITA; bem como a Universidade de Brasília (UNB) que implantou um programa de Pós-Graduação próprio.

Nessa perspectiva, Darcy Ribeiro acreditava no amadurecimento das universidades brasileiras, destacando a importância da referida institucionalização:

Refiro-me à institucionalização de um sistema de Pós-Graduação, não por meio de programas eventuais de mestrado e doutorado, mas de uma verdadeira ascensão ao quarto nível de educação. Isto é, acrescentar às redes de ensino de nível primário, secundário e ao terciário que é o superior, um quarto nível correspondente à Pós-Graduação. Somente alcançando este nível, aliás, uma universidade passa a merecer este nome (RIBEIRO 1978, p.117).

Ainda em 1965, o parecer 977, mais conhecido como Parecer Sucupira, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, tendo por objetivo a implantação formal dos cursos de Pós-Graduação no Brasil, traçando o formato institucional básico da Pós-Graduação brasileira, diferenciando seus dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado, além de incluir o mestrado profissional no mesmo patamar que os mestrados acadêmicos. Nesse sentido, a Universidade passou a ter uma estrutura hierárquica dividida em dois planos: a graduação e a Pós-Graduação.

O Professor Newton Sucupira ressalta que esse seria o modelo mais adequado à nova concepção de Universidade adotada pelo Brasil, deixando de ser

uma Instituição “ensinante” e formadora de profissionais para se dedicar às atividades de pesquisa científica e tecnológica. (MEC/CFE, PARECER Nº 977/65).

Vale ressaltar que o Brasil sofria, nessa época, a opressão de um regime militar, no entanto, foi nesse período que políticas voltadas para o segmento de Ciência e Tecnologia surgiram de maneira efetiva, o que se deveu ao fato de o regime militar possuir um traço nacionalista e ambicionar o desenvolvimento de projetos tecnológicos de grande porte.

Kuenzer e Moraes (2002) afirmam que a carência de recursos humanos para alcançar tais objetivos foi fator determinante para a criação e desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira pelo governo militar.

Nesse sentido, em 1968, com o advento da Lei de Reforma Universitária, de n.º 5.540, a Pós-Graduação brasileira foi devidamente regulamentada. O governo militar, pressionado para conter os movimentos sociais e estudantis, impôs uma profunda reforma no ensino superior. Passou a incorporar ideias e experiências da Universidade de Brasília, criada em 1961, que tinha por princípio fundamental, segundo Barros (1998), a convivência entre os institutos e as escolas sob a estrutura de departamentos, unindo ensino e pesquisa.

Deve-se destacar a influência americana no processo de consolidação da Pós-Graduação e da Reforma da Educação Superior do Brasil, através de recomendações de uma comissão mista formada pela Agência Norte-Americana de Desenvolvimento (USAID) e o Ministério de Educação do Brasil e, também, pela adoção de mudanças organizacionais baseadas no modelo das Universidades americanas.

Dessa forma, destaca-se que os principais pontos da reforma universitária foram a substituição do modelo de cátedras pela organização departamental, instituição da contratação de professores em tempo integral, substituição do sistema tradicional de cursos anuais pelo sistema de créditos, a criação das licenciaturas, consagração da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, por fim, a institucionalização da Pós-Graduação.

A autonomia universitária foi um dos princípios anunciados pela reforma, no entanto, não efetivado, uma vez que pontos garantidores de sua efetividade, tais como criar, organizar e extinguir cursos; administrar seu patrimônio; elaborar seu código disciplinar; entre outros, foram vetados pelo então Presidente da República, Artur da Costa e Silva.

Com a Reforma Universitária, a Pós-Graduação foi incumbida da qualificação dos professores para o ensino superior, do estímulo de produção científica aliada ao desenvolvimento do país e da capacitação de pessoal para atuar nos setores público e privado.

Cunha afirma que, com a Reforma Universitária de 1968,

a produção de ciência, de tecnologia e de cultura pela atividade genericamente chamada de pesquisa, nos programas de Pós-Graduação, sobrepôs-se ao ensino profissional a nível de graduação, que tradicionalmente definia o *para que* da universidade (CUNHA 1999, p. 138).

Durante o processo de reforma, a CAPES iniciou seu sistema de acompanhamento, avaliação e financiamento da Pós-Graduação brasileira, passando a avaliar os cursos *stricto sensu*. Os anos de 1970 foram uma época de grande expansão econômica para o Brasil, que chegou a crescer a taxas de 7% a 13% ao ano, o que impulsionou os investimentos na Pós-Graduação pelas agências de fomento (BALBACHEVSKY, 2005).

Visando aprimorar o sistema, regulamentar e direcionar os investimentos, foram elaborados Planos Nacionais de Pós-Graduação. O primeiro, elaborado em 1973, vigorou de 1975 a 1979 e teve como principal meta a formação de pesquisadores, docentes e profissionais para atender as demandas do ensino superior, propondo programas de concessões de bolsas, aumentando a titulação e vagas nos cursos de mestrado e doutorado, incentivando a distribuição regional e setorial de novos cursos e a admissão de docentes para atuar na Pós-Graduação nas Universidades.

A respeito do I PNPG, Balbachevsky (2005) afirma que esse incentivo na formação de mestres e doutores representou, além de um processo de forte crescimento, “uma alternativa doméstica barata para a qualificação dos professores da rede federal de universidades”, devido aos doutores serem formados no exterior.

Nesse sentido, Schwartzman afirma que a estratégia foi positiva, uma vez que

[...] em 1970, existiam nas universidades brasileiras cerca de 57 programas de doutorado; em 1985, havia mais de 300, com cerca de uns outros 800 para formação em nível de mestrado. Cerca de 90 por cento desses cursos funcionavam em universidades públicas. Combinados, os dois níveis estavam graduando cerca de 5.000 estudantes a cada ano. Segundo o consenso geral, o Brasil

começara a construir uma comunidade significativa (SCHWARTZMAN, 2001, p. 9).

O II PNPG vigorou entre os anos de 1982 e 1985 e, apesar de manter os mesmos objetivos do PNPG anterior, teve como alvo principal a qualidade do ensino superior, tanto em nível de graduação como de Pós-Graduação. Tratou da institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, incentivando a participação da comunidade científica nas decisões e processos avaliativos, utilizando a sistemática de avaliação por meio de comissões de consultores, a avaliação por pares, que foi consolidada e aperfeiçoada nesse período (MORAIS, 2002).

Outro importante objetivo do II PNPG foi a vinculação do ensino e pesquisa à tecnologia e ao setor produtivo, visando a adequação dos programas às necessidades do país e ao mercado, atendendo também às especificidades de cada região do Brasil.

O III PNPG (1986 – 1989) foi o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação da era da Nova República e estava vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND), o que demonstra a importância dada à Pós-Graduação na época, pois se pretendia, através da formação de cientistas, atingir plena capacitação científica e tecnológica e, dessa forma, alcançar a meta de autonomia nacional e independência econômica que o PND determinava.

Nesse sentido, o III PNPG teve por objetivo principal a priorização da pesquisa nas Universidades, enfatizando seu papel no desenvolvimento nacional, e a integração da Pós-Graduação ao sistema de ciência e tecnologia (V PNPG 2005-2010, p. 14). Para tanto, qualificou-se como indissociável a institucionalização da pesquisa e a Pós-Graduação, visando uma melhora no desempenho dos cursos deste nível de ensino nas Universidades.

Vale ressaltar que foi na vigência do III PNPG que a Constituição de 1988 foi promulgada, institucionalizando a gestão democrática do ensino público, bem como dotando as universidades de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. No entanto, Castro (1988) afirma que a autonomia universitária somente teve efetividade na área didático-científica, pois o princípio da gestão mais enfeitou a Constituição do que foi benéfico às universidades públicas, uma vez que não havia liberdade no que tange ao aspecto financeiro e à alocação de recursos.

Em decorrência das disposições contidas na Constituição Federal de 1988, no ano de 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que entrou em vigor tratando da autonomia universitária e trazendo de forma exemplificativa as competências da Universidade, entre as quais a criação, organização e extinção de cursos; elaboração e reforma de estatutos e regimentos; firmar contratos, acordos e convênios; propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo.

No entanto, para Ranieri (2013) a LDB, apesar de reafirmar a autonomia das universidades, foi omissa em garantir sua atuação. No período de 1990 a 2004, não houve qualquer planejamento nacional oficial que tratasse do desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil, o que não significa dizer que não houvesse problemas diagnosticados ou mudanças a serem realizadas. Assim, Romeo, Romeo e Jorge assinalam que

[...] vários setores ligados à pesquisa, agências governamentais, associações civis e pesquisadores constituíram um documento que foi repassado ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), que, porém, foi pouco divulgado e efetivado pelo governo (ROMEO, ROMEO E JORGE, 2004).

Nessa perspectiva, o que há sobre o IV PNPG é um conjunto de regras, diretrizes, objetivos, metas e finalidades ao qual a comunidade acadêmica se refere como Memória do PNPG (CAPES, 2004).

Destacam-se os principais projetos constantes no 4º Plano, aquele que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela CAPES: ênfases na expansão do sistema, na diversificação do modelo de Pós-Graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação, uma vez que se tornou claro o esgotamento dos paradigmas utilizados na avaliação dos cursos de Pós-Graduação, já que os critérios dos anos de 1970 ainda eram aplicados (FÁVERO, 1999) e na inserção internacional do SNPG.

Assim, quatorze anos depois da ausência de um Plano Nacional oficial, a CAPES, em 2004, instituiu uma Comissão responsável pela elaboração do V Plano Nacional de Pós-Graduação, com vigência de 2005 a 2010. O V PNPG propõe, entre outros pontos,

[...] a introdução do princípio de indução estratégica nas atividades de Pós-Graduação em associação com as fundações estaduais e em associação os fundos setoriais, o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da Pós-Graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, e a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino, bem como de quadros técnicos via mestrado profissional para os setores de serviços público e privado (CAPES, 2004, p. 15).

Destaca-se a preocupação desse Plano com a flexibilização de modelos visando o equilíbrio no desenvolvimento e qualidade dos programas em todas as regiões do Brasil, bem como a preocupação com a vinculação de diretrizes estratégicas com as demandas mercantis tendo por objetivo a formação de uma mão de obra mais qualificada, uma vez que prevê a capacitação e qualificação dos professores da educação básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado, a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas por meio do mestrado profissional.

Dessa forma, analisando o caminho percorrido pela Pós-Graduação brasileira até o PNPG 2011 - 2020, refletindo sobre as políticas e planos desencadeados, observa-se que, inicialmente, os seus objetivos eram o de capacitar docentes para atuar nas Universidades, desenvolver a atividade científica e sua importância estratégica no ensino superior, assim como a Ciência e Tecnologia no Brasil. Assim, a comunidade científica brasileira expandiu-se, mesmo estando sob repressão e controle militar.

Com sua consolidação a partir dos anos 1980 e a retomada da democracia, a ênfase recai sobre a avaliação do sistema que acabou induzindo redirecionamentos na organização da Pós-Graduação, como também no processo de produção e divulgação do conhecimento no Brasil.

Por fim, desenvolve-se a pesquisa na universidade e o estreitamento das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo, tendo por base uma Sociedade da Informação, em que o conhecimento se torna um bem de importação e exportação necessário para submeter-se às exigências da competição, produtividade e internacionalização como forma ativa de responder à globalização do conhecimento (HOSTINS, 2006).

2.3 PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2011-2020

Atualmente, vigora o VI PNPG (2011-2020). Sucedâneo dos planos anteriores, dá continuidade a vários aspectos apresentados, como o combate às assimetrias, a ênfase na inclusão social e a busca pela internacionalização, além dos legados históricos do país e seu momento atual, com os desafios e dificuldades que a promoção e desenvolvimento da Pós-Graduação Brasileira impõem.

Deve-se destacar que, pela primeira vez, um plano nacional de educação contempla as propostas de diretrizes e políticas do ensino de Pós-Graduação, isso porque o PNPG é parte integrante do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em outras instâncias do MEC e de órgãos do governo, que exige a coordenação de propostas e atividades, demonstrando a importância que a Pós-Graduação tem para o desenvolvimento e futuro do país.

Para Barreto e Domingues (2012), o Plano tem por maior desafio promover o ajuste do sistema de ensino de Pós-Graduação ao momento atual que o país passava ao transformar-se em um membro dos BRICS – Grupo político de cooperação formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e, dessa forma, desempenhar um novo papel no contexto internacional das nações.

Os documentos que formam o PNPG estão divididos em dois volumes nos quais são estabelecidas diretrizes, metas e propostas, além de informações contextuais relacionadas ao ambiente econômico e político do Brasil, e uma análise do sistema educacional, em escala nacional e mundial, com o intuito de apresentar o cenário em que o Plano se encaixaria, assinalando o papel do Brasil nesse cenário e a repercussão sobre a Pós-Graduação.

Nesse sentido, reconhece-se a importância da Pós-Graduação, uma vez que a Sociedade da Informação ou do Conhecimento exige cada vez mais a aplicação do conhecimento e do uso de tecnologias no mundo globalizado que vivemos.

Uma vez aprovado, o Plano transformou-se em matéria de política pública, uma política de Estado resultando, segundo Barreto e Domingues (2012), em ações estratégicas condizentes com as necessidades do país, pois o diagnóstico foi bem feito e as medidas adequadas foram propostas, restando à execução o êxito do Plano. Vejamos, portanto, quais as principais metas e diretrizes estabelecidas pelo PNPG 2011-2020.

2.3.1 Eixos e Diretrizes do PNPG 2011-2020

O PNPG 2011-2020 prevê o estabelecimento de diretrizes, propostas e metas ambiciosas para a Pós-Graduação brasileira num horizonte temporal mais vasto do que os outros planos, dividindo-as em cinco eixos.

O primeiro eixo trata da expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias. Nesse eixo, o Plano reconhece que a cultura da Pós-Graduação no Brasil deve ser expandida de maneira contínua, com vistas a diminuir as distorções regionais, evitando a concentração de programas de Pós-Graduação em determinadas regiões.

Ademais, estimula a internacionalização do ensino com a recomendação de um aumento significativo do envio de estudantes para o exterior através do programa Ciência sem fronteiras, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo, bem como do estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes do estrangeiro e do aumento do número de publicações com instituições estrangeiras.

Faz parte do segundo eixo, a criação de uma nova agenda nacional da pesquisa e sua associação com a Pós-Graduação, através da parceria com o CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), visando à instauração de programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa que promovam a convergência de temas e o compartilhamento de problemas.

Nesse sentido, estabelece como áreas prioritárias, por exemplo: biotecnologia, fármacos, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear, petroquímica, além de reconhecer a importância estratégica da Amazônia e da Amazônia Azul (costa marítima).

Já no terceiro eixo, o Plano prevê o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) reconhecendo a necessidade de atender às diferentes culturas de áreas, devendo a avaliação ser feita de acordo com suas especificidades. Visa ainda à priorização da qualidade frente à quantidade, com a produção de conhecimento que efetivamente exerça impacto e relevância.

O quarto eixo trata da multi e interdisciplinaridade entre as principais características da Pós-Graduação e importantes temas de pesquisa, seguindo a tendência mundial da dinâmica da pesquisa e do conhecimento interdisciplinar entre as mais diversas áreas de estudo.

E, por fim, o quinto eixo trata do apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio, com o intuito de aumentar o número de estudantes no ensino superior, bem como já inserir a cultura da pesquisa aos mais jovens através de políticas educacionais direcionadas aos jovens.

Além desses cinco eixos, o PNPG (2010) definiu algumas diretrizes; quais sejam:

- estimular a formação de redes de pesquisa e Pós-Graduação, envolvendo parcerias, nacionais e internacionais, no nível da fronteira do conhecimento, com vistas à descoberta do “novo” e do inédito;
- dar ênfase às questões ambientais, associadas à busca do desenvolvimento sustentável e do uso de tecnologias limpas;
- garantir o apoio ao crescimento inercial do SNPG, favorecendo, não obstante, o uso de parcelas significativas do orçamento das agências como instrumento de implantação de políticas inovadoras;
- considerar, nos diferentes programas visando ao desenvolvimento, economia, saúde e educação no Brasil, as características culturais da população-alvo; e
- dar atenção às atuais gerações de crianças e jovens, particularmente nas áreas de saúde e educação em ações voltadas para o ensino básico e superior com a participação da Pós-Graduação, pois dependerá dessas gerações o desempenho da economia brasileira nas próximas décadas, como membros da população em idade ativa, em um contexto de rápido crescimento, em termos absolutos e relativos, e de forte aumento da população idosa.

Essas são as diretrizes gerais do atual PNPG, considerações estratégicas que visam a promoção e desenvolvimento da Pós-Graduação Brasileira.

2.3.2 Meta Principal do PNPG 2011 – 2020

Há consenso em afirmar a importância da produção de conhecimento através da pesquisa e inovação para o desenvolvimento de uma nação, o que já foi exposto

introdutoriamente na presente dissertação. Com isso, o PNPG reconhece a necessidade de um planejamento estratégico para que a produção de conhecimento aumente e proporcione ao Brasil um bom nível de ciência e avanço do conhecimento.

Para tanto, adotou-se o número de doutores por mil habitantes como indicador de capacidade científica e tecnológica para o estabelecimento das metas do atual PNPG. Levando-se em consideração tal indicador, o Brasil situa-se em posição intermediária, conforme se pode constatar na tabela a seguir:

Tabela 1 - Número de doutores por mil habitantes.

País	Doutores por mil habitantes*
Suíça	23,0
Alemanha	15,4
EUA	8,4
Canadá	6,5
Austrália	5,9
Brasil	1,4
Argentina	0,2

**considerando a população na faixa etária de 25 a 64 anos
Fonte: Doutores 2010, CGEE*

Constata-se que o Brasil se encontra muito aquém dos países mais desenvolvidos economicamente, o que ressalta a implicação da produção de conhecimento ao desenvolvimento de uma nação. Para alcançar as proporções de países mais desenvolvidos, este número deveria ser multiplicado, no mínimo, cinco vezes.

Além da questão numérica bruta, o Brasil enfrenta problemas com o número relativo aos doutores que efetivamente atuam em atividades de pesquisas, uma vez que, segundo dados do PNPG 2011-2020, o Brasil apresenta apenas 0,5 pesquisador por 1000 habitantes.

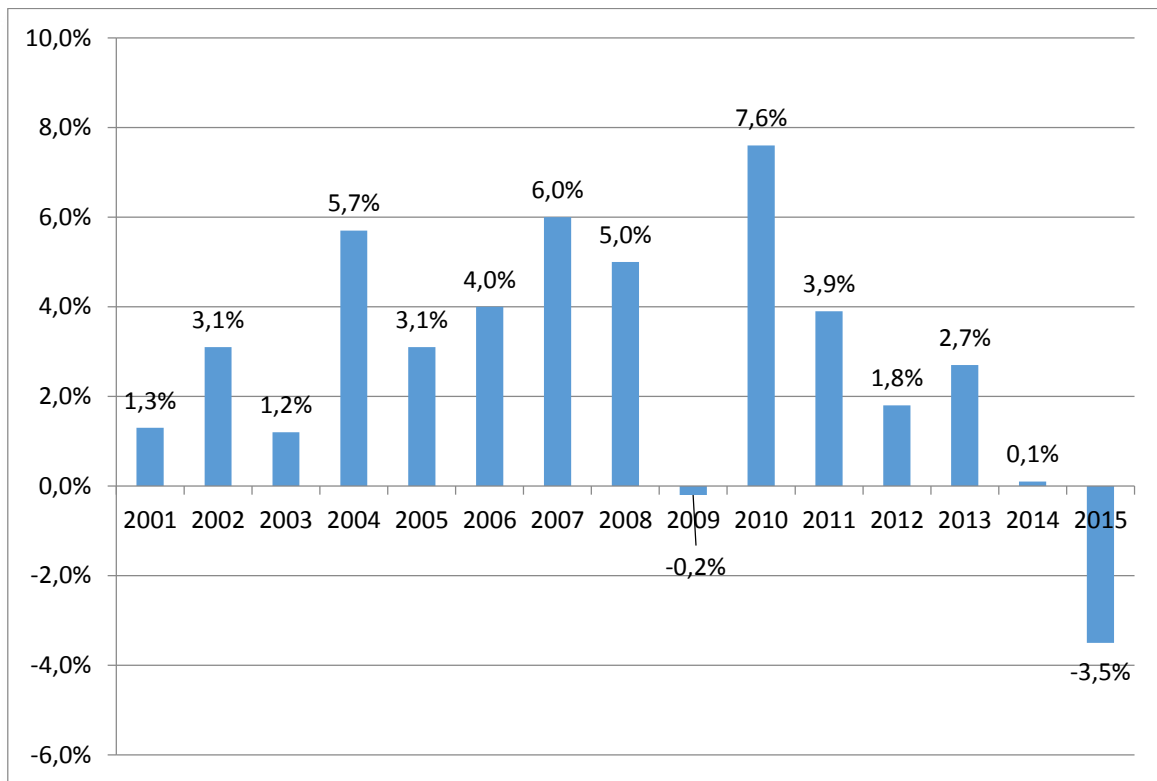
Nesse sentido, a meta geral estabelecida pelo PNPG 2011-2020 é o de dobrar o número de doutores por mil habitantes. Para atingir a meta, o Brasil teria

que formar, até 2020, cerca de 130.000 novos doutores, o que, de acordo com o Plano, estaria dentro da capacidade de formação de doutores na Pós-Graduação brasileira em 2010, se o crescimento orçamentário dos últimos anos fosse mantido, sendo, portanto, plenamente viável.

No entanto, na época da formulação do Plano, havia grandes perspectivas de crescimento econômico do Brasil. Esperava-se que até 2020 o Brasil se tornasse a quinta potência econômica mundial, e, portanto, estaria mais rico e assim poderia investir mais em ciência e tecnologia.

O Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) experimentou períodos de certa estabilidade e até crescimento e foi com base nesse panorama que as metas do PNPG 2011-2020 foram estabelecidas. No entanto, o Brasil sofre com os reflexos da crise mundial que teve início em 2008, além de uma grande crise política, ressaltada com os escândalos de corrupção do Governo e de suas empresas estatais, o que gerou desconfiança pelo mercado internacional e culminou na diminuição do grau de investimento e confiabilidade no país.

Nesse cenário de crise, verificou-se nos últimos anos uma queda na taxa de variação do PIB, demonstrando o curto fôlego da economia brasileira, incapaz de manter o mesmo ritmo de crescimento e os investimentos previstos, conforme gráfico seguinte, que mostra a evolução da taxa de variação do PIB no Brasil nos últimos 15 anos.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de variação do PIB 2001 – 2015

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do IBGE

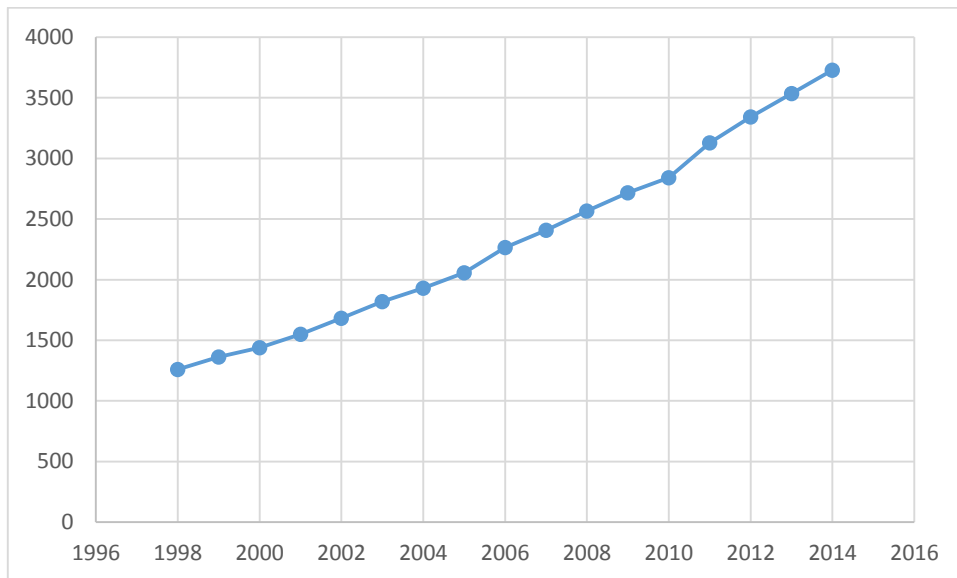
Dessa forma, com a queda da taxa de evolução do PIB nacional até a chegada do patamar negativo em 2015, conforme gráfico 1, a crise econômica atingiu fortemente a trabalhadores, investidores, empresários, estudantes e a toda população brasileira, gerando o desemprego, aumento de inflação, queda de arrecadação⁸ e, por consequência, cortes orçamentários em muitos aspectos, inclusive na educação superior e principalmente na Pós-Graduação.

Diante da análise do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, constata-se a realização de todo um estudo do quadro econômico, político do Brasil, além da Pós-Graduação na época da formulação do Plano. Evidenciou-se bem as necessidades do país e da Pós-Graduação em específico, bem como destacaram-se eixos, recomendações e metas que realmente supririam a defasagem existente no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

⁸ Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil passou de 5,40% em 2013 para 8,5% em 2015 e, no terceiro trimestre de 2016, alcançou o patamar de 11,8%. Já a inflação medida no Brasil em 2013 foi de 5,91%, enquanto que em 2015 passou para 10,67% e estima-se que possa atingir montante superior a 7% em 2016. Por seu turno, a arrecadação federal de 2015 foi cerca de 5% menor do que a medida em 2014 e no 1º semestre de 2016 recuou 7,3%.

Em 2014, o SNPG contava com cerca de 3.729 programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, número bem superior ao apresentado no ano de 1998, que contava com apenas 1.259 programas, conforme se pode verificar no gráfico a seguir:

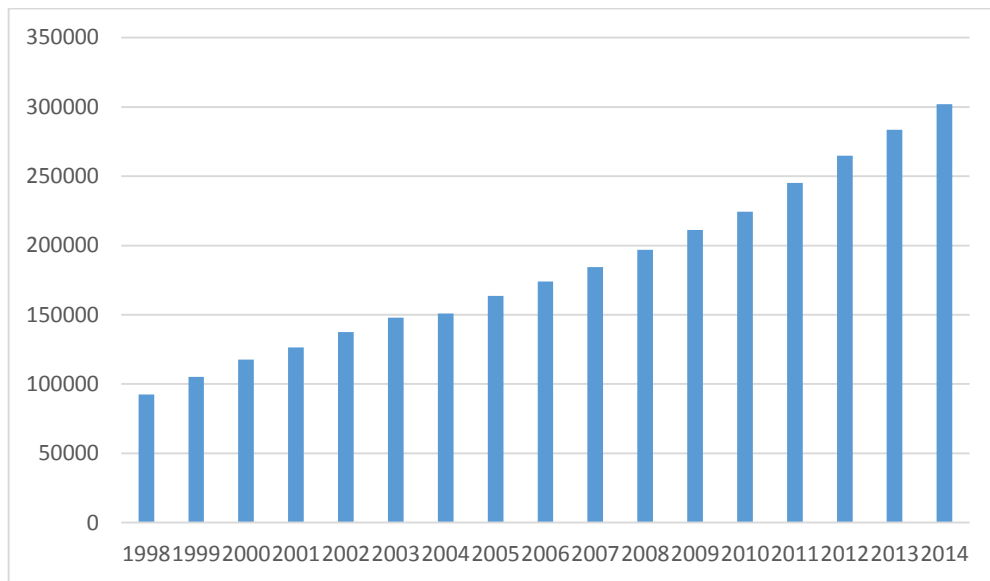
Gráfico 2 - Evolução do número de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* 1998 – 2014



Fonte: *Elaboração própria baseada nos dados do GeoCapes, 2014*

Em 16 anos, o número de programas de Pós-Graduação cresceu cerca de 196%, taxa bastante expressiva e que demonstra a importância dada à Pós-Graduação brasileira ao longo dos anos. Verifica-se, na linha de evolução do gráfico, que há períodos de crescimento mais discreto, principalmente no período inicial avaliado, sendo a partir do ano de 2006 que há uma aceleração no ritmo de crescimento dos programas.

Acompanhando o crescimento dos programas, o número de discentes também aumentou significativamente no mesmo período, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Evolução dos discentes da Pós-Graduação *Stricto Sensu* 1998 – 2014

Fonte: *Elaboração própria baseada nos dados do GeoCapes, 2014*

Em 1998, eram cerca de 92.000 discentes dos programas, enquanto que em 2014 esse número chegou ao patamar de 302.034 alunos, o que representa um aumento de 227,05% do número de discentes.

O panorama atual do SNPG demonstra a expansão desse nível de ensino no Brasil, evolução bastante expressiva, mas que exige atenção para sua manutenção e melhoria.

A Pós-Graduação brasileira tem grandes desafios a enfrentar e metas a atingir e, para isso, faz-se necessário o aumento da provisão de recursos e aperfeiçoamento da gestão dos recursos alocados para continuar sua evolução. No entanto, a crise econômica sofrida pelo Brasil atualmente tem ameaçado o atingimento das metas e o atendimento das recomendações devido ao contingenciamento dos investimentos, a exemplo do PROAP, o que prejudica a manutenção da estrutura atual e impede que a Pós-Graduação brasileira evolua ainda mais e alcance índices de grandes potências.

3 POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Serão apresentadas neste capítulo, algumas considerações acerca do financiamento da educação superior de maneira geral, analisando-se a participação obrigatória do Estado em prover a educação estabelecida na Constituição Federal e o atual panorama do financiamento via MEC, citando os modelos de destinação dos recursos para Universidade.

Além disso, o financiamento da Pós-Graduação será analisado de maneira mais aprofundada, apresentando o papel dos órgãos de fomento para a manutenção e expansão desse nível de ensino, fazendo-se um breve histórico dos dois principais órgãos de fomento da Pós-Graduação brasileira, a CAPES e o CNPq, bem como um levantamento da participação atual destes na Pós-Graduação *stricto sensu* do Brasil.

3.1 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Constituição Federal estabelece a educação como um direito social⁹, e define o Estado como um dos responsáveis por sua promoção¹⁰. Ademais, estabeleceu os princípios que regeriam o ensino a ser ministrado no país, garantindo a gratuidade do ensino público; definiu as condições para atuação da iniciativa privada na educação; estabeleceu a autonomia universitária; e definiu o papel a ser desempenhado por cada ente da Administração Pública na estruturação da educação nacional.

Para assegurar o cumprimento desta norma constitucional, foram estabelecidas fontes de financiamento garantidoras dos recursos de que o Estado necessita para fazer frente aos gastos com a educação.

A Carta Magna e a LDB atribuem à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade pela administração do sistema educacional

⁹ A Constituição Federal de 1988 considera a educação como sendo um direito social, previsto no Título II, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. Segundo o art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Além disso, o direito à educação foi inserido no Título VIII da Constituição, que trata da Ordem Social.

¹⁰ A Constituição Federal de 1988 prevê que a educação é dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dessa forma, entende-se que se trata de um regime de corresponsabilidade social, sendo que tal dever tem por principal responsável o Estado, representado pelos entes federados, quais sejam: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

brasileiro. Assim sendo, consagrou-se a existência de três sistemas de ensino em regime de colaboração entre as referidas instâncias, tendo cada instância um sistema próprio de ensino.

Conforme o art. 211, § 1º, da Constituição Federal, a União deve aplicar os recursos na administração do sistema federal em programas próprios e em transferências para os sistemas estaduais e municipais, este último em decorrência de sua função redistributiva e supletiva, visando garantir igualdade de oportunidades educacionais e um padrão mínimo de qualidade de ensino.

O texto constitucional, para assegurar os recursos públicos para a manutenção do ensino, garante a vinculação de um percentual mínimo dos três níveis de governo para o financiamento da educação. O percentual mínimo da receita de impostos destinados à manutenção e desenvolvimento da educação é estabelecido pela Carta Magna da seguinte forma: a União deverá aplicar não menos que 18% de seus recursos, enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar um mínimo de 25% de suas receitas provenientes de impostos.

Importante entender qual o atual cenário do sistema de ensino superior do Brasil. Para tanto, segue abaixo, tabela que apresenta a divisão do ensino superior por sua organização acadêmica, segundo a Unidade da Federação e suas categorias administrativas, bem como o número de matrículas realizadas no ano de 2014:

Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2014.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições				
	Total Geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
Brasil	2.368	195	147	1.986	40
Pública	298	111	11	136	40
Federal	107	63	.	4	40
Estadual	118	38	2	78	.
Municipal	73	10	9	54	.
Privada	2.070	84	136	1.850	.

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior, MEC/INEP, 2014.

Tabela 3 - Número de Matrículas, em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico, segundo a Categoria Administrativa das IES – 2014.

Matrículas/Categoria Administrativa		Total Geral				
		Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Matrículas		7.828.013	5.309.414	1.466.635	1.029.767	22.197
	Pública	1.961.002	1.192.196	604.623	142.289	21.894
	Federal	1.180.068	764.979	334.688	63.118	17.283
	Estadual	615.849	297.798	240.067	73.397	4.587
	Municipal	165.085	129.419	29.868	5.774	24
	Privada	5.867.011	4.117.218	862.012	887.478	303

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior, MEC/INEP, 2014.

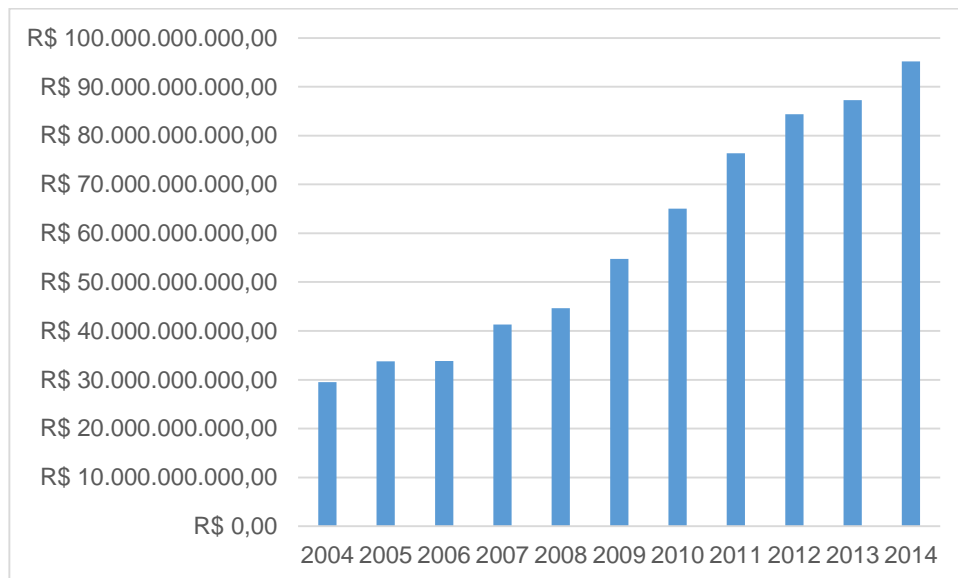
No ano de 2014, o Brasil contava com 2.368 instituições de ensino superior, divididas entre Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais e CEFET. A maior parte das Instituições de ensino superior no Brasil é privada, cerca de 87% do total, o que demonstra uma massiva participação do setor privado, uma vez que detém mais que 74% do total de matrículas realizadas no ensino superior no Brasil em 2014.

Já o sistema federal de ensino superior é composto por 63 universidades, 04 faculdades e 40 Institutos Federais e CEFET, totalizando um pouco mais do que 25% de matrículas em 2014. As instituições estaduais e municipais foram responsáveis por cerca de 800.000 matrículas o que equivale a 0,01% do total de 2014 em número de 191 instituições em todo o Brasil.

A maior concentração de gastos do Governo Federal com a educação superior dá-se através do Ministério da Educação. Deve-se ressaltar também a participação de outros órgãos federais que contribuem para os gastos com a educação superior, como o FINEP, o CNPq, FAP's e MCT.

O gráfico 4 demonstra a evolução do orçamento do MEC dos anos de 2004 a 2014, com valores devidamente corrigidos para 2014 pelo IPCA. Nota-se que, em termos reais, o orçamento triplicou no período, passando de R\$ 29,5 bilhões em 2004 para R\$ 95,2 bilhões em 2014.

Gráfico 4 - Evolução do orçamento do MEC 2004 a 2014, com valores atualizados para 2014 pelo IPCA.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SigaBrasil.

Detalhando as despesas do Governo Federal em educação, a tabela 4 apresenta os gastos com os tradicionais grupos de natureza de despesa. Verifica-se que de 2004 a 2014 houve um crescimento de mais de 1.000% nos investimentos e nas inversões financeiras, mas que, no entanto, representam apenas cerca de 23% da despesa total, enquanto que os gastos com pessoal, encargos sociais e outras despesas correntes equivalem a todo o restante, cerca de 77% do total.

Tabela 4 - Despesa do Governo Federal em Educação por Grupo de Natureza da Despesa: 2004 a 2014.

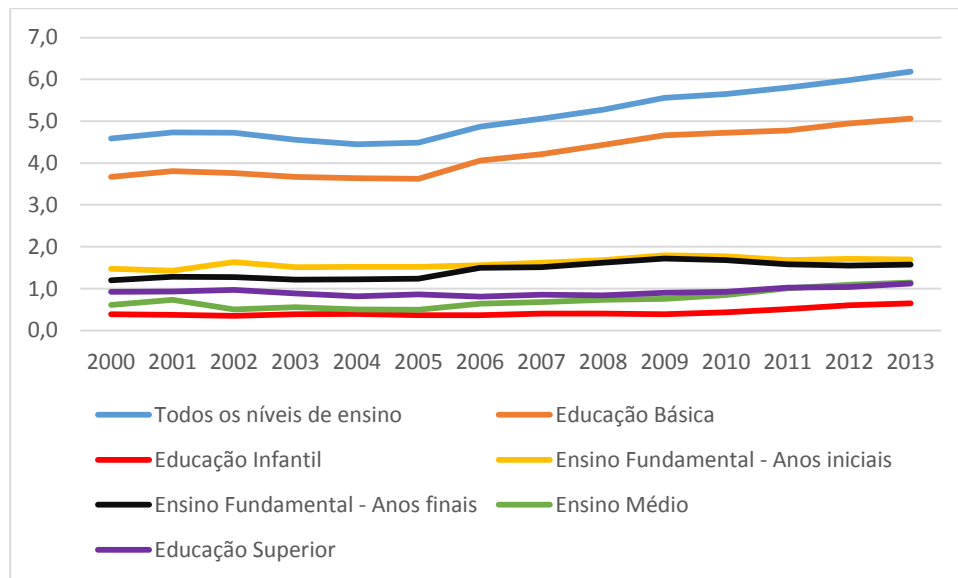
	R\$ Bilhões de 2014			Participação % no total	
	2004	2014	Var. %	2004	2014
Pessoal e encargos sociais	11.890	29.723	150%	49%	32%
Outras despesas correntes	10.741	42.038	291%	44%	45%
Investimento	729	8.690	1.093%	3%	9%
Inversão financeira	1.094	13.750	1.157%	4%	15%
Total	24.453	94.201	285%	100%	100%

Fonte: Sistema Siga Brasil e IBGE

Em 2013, conforme gráfico a seguir, o percentual de gasto do governo federal com a educação superior chegou a 1,1% do PIB daquele ano. Ressalte-se que o

investimento público também está presente no ensino superior privado, que, como já visto anteriormente, perfaz cerca de 87% de Instituições de todo o sistema de ensino superior do Brasil. Tal investimento efetiva-se através da concessão de financiamento, com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e de bolsas de estudo integrais ou parciais com o Programa Universidade para Todos (PROUNI). No gasto com este nível de ensino, também estão incluídos o pagamento de bolsas de Pós-Graduação, a transferência de valores para entidades privadas, a exemplo do Sistema S, entre outros.

Gráfico 5 - Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)

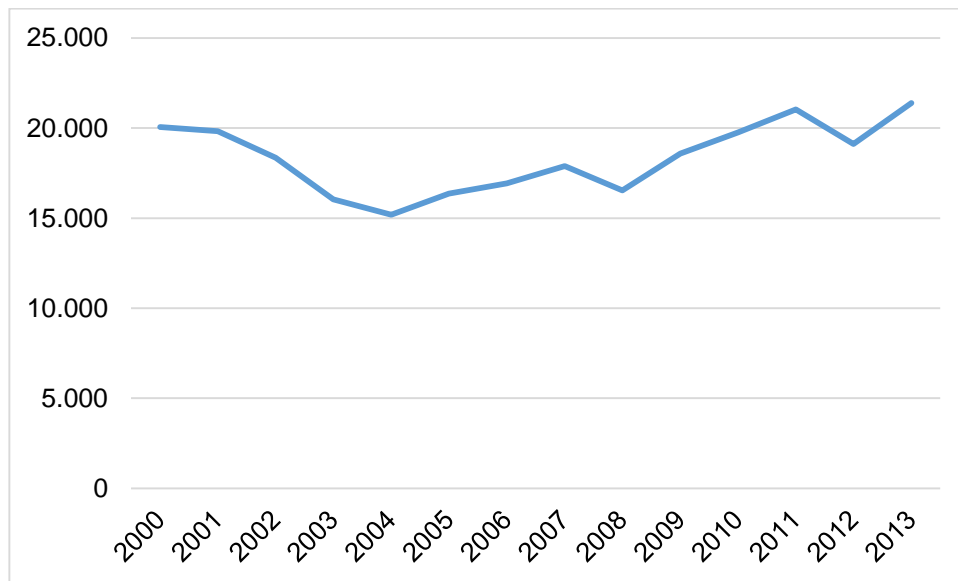


Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Inep/MEC

O valor do investimento público na educação, em todos os seus níveis de ensino, chegou a cerca de 6,2 % do PIB em 2013. Pode-se constatar um crescimento com relação a este percentual, uma vez que, em 2000, esse percentual não passava de 4,6% do PIB daquele ano. No mesmo ritmo de crescimento, encontra-se o percentual dos investimentos públicos na Educação Básica que, em 2013, era de 5,1%, enquanto que nos anos de 2000 era de 3,7%. Quanto aos outros níveis de ensino, verifica-se certa estabilidade no tocante aos investimentos públicos.

Dando enfoque aos gastos públicos com o ensino superior, vislumbra-se no próximo gráfico a evolução dos valores investidos por cada aluno do ensino superior.

Gráfico 6 - Investimento Público Direto em Educação por Estudante, com Valores Atualizados para 2013 pelo IPCA, no Ensino Superior - Brasil 2000-2013.



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Inep/MEC

Entre os anos de 2000 e 2003, é possível notar uma diminuição no valor investido por estudante, ainda reflexo da política educacional do governo da época que se caracterizava, segundo Carvalho (2006), por uma modernização conservadora, concentrada na racionalidade administrativa e eficácia quantitativa.

No entanto, a partir de 2004, verifica-se uma tendência de recuperação dos valores destinados à educação por estudante. Tal recuperação leva o referido índice ao patamar do início dos anos de 2000. Nesse período, verifica-se uma expansão no ensino superior, através do aumento de vagas nas IFES e a criação de novas Universidades através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); implementação do PROUNI e FIES para estudantes da rede privada, entre outras medidas.

Vale ressaltar que, neste período, o país sofreu com os reflexos da crise mundial de 2008, o que não impediu sua recuperação nos anos posteriores aos números dos anos de 2000.

Verifica-se, portanto, que há, na política de investimentos na educação superior do Brasil, uma tendência de aumento de recursos, contudo, a crise que abala o país atualmente pode prejudicar tal crescimento, vindo a interromper o ciclo de expansão deste nível de ensino.

3.2 FINANCIAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO

As Universidades Públicas e os Institutos de pesquisa são os maiores beneficiários dos recursos destinados à pesquisa científica, uma vez que é nessas Instituições que se desenvolve quase que a totalidade das atividades científicas e os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do país.

Os recursos que constituem o sistema de financiamento da Pós-Graduação brasileira são provenientes do Tesouro Nacional; Agências de fomento nacionais e estaduais; Fundos setoriais de pesquisa; empresas públicas ou privadas; e de receitas próprias.

Os recursos do Tesouro Nacional destinam-se, essencialmente, ao pagamento de pessoal e benefícios das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), proporcionando sua manutenção. Tais recursos não são suficientes para o fomento da Pós-Graduação das IFES, e, por isso, as atividades de pesquisa e Pós-Graduação são atendidas, em sua maioria, através de recursos provenientes das Agências de fomento.

No entanto, segundo o PNPG 2011-2020, não há uma metodologia consolidada a ser aplicada pelas entidades e órgãos financiadores da Pós-Graduação, o que dificulta a identificação de todas as fontes de financiamento possíveis para esse nível de ensino. Dessa forma, o financiamento da Pós-Graduação Brasileira será analisado em sua esfera federal, através de suas maiores instituições de fomento, a CAPES e o CNPq.

Essa análise concentrada nos investimentos federais dá-se por ser o Governo Federal o maior investidor da Pós-Graduação no Brasil, apesar de existir outras fontes de origem estadual ou de setores produtivos não governamentais.

3.2.1 O Papel dos Órgãos de Fomento

Além de políticas educacionais, o auxílio de recursos financeiros é essencial para a promoção da implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil. Tais recursos, oriundos das agências de fomento, instituições financeiras ligadas ao Governo, são de extrema importância para a manutenção dos cursos de mestrados e doutorados do país, bem como de seus pesquisadores e

pesquisas científicas, proporcionando apoio à capacitação de pessoal e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Ademais, o papel das agências de fomento vai muito além que a de um simples agente financiador. Seu papel expande-se em sua atuação na articulação e elaboração de iniciativas, além das financeiras, para desenvolver a pesquisa do país.

Nesse sentido, Góes, ainda em 1972, já enfatizava a importância das agências de fomento no desenvolvimento da Pós-Graduação quando declara:

Mencionamos que diversas agências federais (CAPES, CNPq, BNDE-FUNTEC e FNDCT) financiam a Pós-Graduação sob a forma de auxílios para equipamentos, suplementação de salários de pessoal docente, despesas de custeio e bolsas de estudo para graduados. É de assinalar-se que dessas fontes provém a maior parte dos recursos, sendo modestos comparativamente os supridos pelos orçamentos das universidades (Góes, 1972, p. 228).

Apesar de o autor citar várias agências de fomento, além de tantas outras existentes, nesta dissertação será destacado o papel da CAPES, ligada ao MEC, e do CNPq, ligado ao MCT, por serem as principais instituições de fomento junto aos programas de Pós-Graduação, em nível de mestrado e doutorado do Brasil.

3.2.1.1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ

Além da existência de demanda para a formação de recursos humanos para o ensino superior brasileiro nos anos de 1950, existia também a necessidade do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Para tanto, seria necessária a criação de uma entidade que fomentasse o desenvolvimento científico no país.

No entanto, a ideia de criação de uma instituição com tal finalidade data dos anos de 1946, quando sugerida pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) a criação de um Conselho de Pesquisas que foi recusada anos mais tarde pelo Congresso Nacional. Então, em 1948, por conta própria, um grupo de cientistas fundou a Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC), voltada para a promoção dos estudos científicos e tecnológicos do Brasil.

Deve-se destacar que foi depois da Segunda Guerra Mundial que o interesse pelo desenvolvimento científico intensificou-se, devido aos avanços da tecnologia

bélica, aérea, farmacêutica e a energia nuclear. Esta última exerceu grande influência para despertar tal interesse, pois “a bomba atômica era a prova real e assustadora do poder que a ciência poderia atribuir ao homem” (CNPq).

Para Wandenkolck (1998), o conhecimento da ciência tornou-se essencial para a criação de tecnologia e para o processo de expansão de um país, sendo este o caminho para sua transformação em potência. Dessa forma, com objetivos estratégicos militares e a demanda de desenvolvimento do setor produtivo, emergiu a necessidade de criação do CNPq.

A proposta de criação do CNPq foi aprovada em 1951, e o Conselho foi oficialmente criado através da Lei 1.310, de 15 de janeiro daquele mesmo ano, tendo como finalidades: promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa; a formação de pesquisadores e técnicos; cooperação com as universidades brasileiras; e intercâmbio com instituições estrangeiras. (CNPq).

O CNPq estava diretamente subordinado à Presidência da República e seu orçamento era proveniente da União, através do Fundo Nacional de Pesquisas e outras receitas. Em seus primeiros anos, o CNPq tinha como atividades de fomento, a concessão de bolsas de estudo para formação e aperfeiçoamento de pesquisadores; apoio à realização de reuniões científicas nacionais e internacionais e o apoio ao intercâmbio científico no país e no exterior. O campo das ciências, principalmente aqueles ligados à física e à energia nuclear, recebeu o maior número de bolsas, o que ressalta o interesse inicial do Conselho. No entanto, áreas como a de ciências biológicas e áreas que incentivassem o processo de industrialização do Brasil também receberam apoio do CNPq.

O CNPq nasceu sob a denominação de Conselho Nacional de Pesquisas. Para Schwartzman (2001), tal denominação, bem como as finalidades do conselho, devem-se à pressão da comunidade científica, pois a depender do Governo sua denominação remeteria ao seu principal objetivo, o desenvolvimento da energia atômica. Tão grande era a importância e interesse na energia nuclear que, em 1956, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi criada e passou a gerir a atividade nuclear no Brasil, independente do CNPq.

Com a criação do CNEN, o CNPq passou por uma reestruturação, uma vez que seu orçamento foi reduzido em mais da metade, o que resultou em grande evasão de cientistas do país (CNPq). Para Lopes,

a conjuntura econômico-financeira do país deu lugar a uma deterioração do valor dos salários atribuídos aos cientistas, com a conseqüente saída do país de vários físicos, teóricos e experimentais de elevado gabarito, atraídos pelas excelentes condições de trabalhos oferecidas pelas instituições científicas da Europa e dos Estados Unidos (*apud* CNPq, 2001, p. 162).

Em 1964, a área de competência do CNPq foi alterada e ampliada pela Lei nº 4.533, de 08 de dezembro. Passou a exercer a função de formular uma política científico-tecnológica nacional e atuar em todos os assuntos relacionados à área científica de todos os órgãos do governo.

Pela primeira vez, em 1967, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) adotou uma política científica e tecnológica, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), entre outras providências que demonstram um importante apoio na consolidação da pesquisa no país.

Nos anos de 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) reafirma as intenções do PED e, com o objetivo de acelerar e orientar o desenvolvimento de tecnologia no país, institui um sistema regido pelo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), que mais tarde, em 1975, seria formalizado como Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), cujo objetivo era integrar e planejar as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico.

Ainda em 1974, o Conselho Nacional de Pesquisas transforma-se em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por força da Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974, sendo transformado ainda em uma fundação sob a jurisdição do Ministério do Planejamento.

Em 1976, o CNPq, através de seu Conselho Científico e Tecnológico, foi responsável pela elaboração do II PBDCT, que apresentava como ponto fundamental a formação de pesquisadores visando desenvolver uma base científica do país, e, assim, dar efetividade ao SNDCT. O Plano previa também a intervenção estatal em empresas e institutos de pesquisas com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico, o que, para Schwartzman (2001), demonstrava que o CNPq mantinha o financiamento de projetos de pesquisa ao mesmo tempo em que buscava outras formas de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O III PBDCT foi aprovado em 1980 e previa uma Ação Programada com diretrizes para os setores socioeconômicos que incluíam, entre outras ações, a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT); a implementação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que levou à implantação da internet brasileira; tratamento igualitário entre todas as áreas de conhecimento e a implementação dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia (SECT's).

Em 1985, através do Decreto nº 91.146, de 15 de março, é criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), órgão central do sistema federal de Ciência e Tecnologia, assumindo a responsabilidade pela política nacional de ciência e tecnologia. O CNPq passou a ser vinculado ao MCT e teve algumas de suas funções absorvidas pelo novo Ministério. Com isso, pode-se repensar o papel do CNPq no fomento científico e tecnológico.

Assim, em 1995, o CNPq direciona suas ações para sua nova missão que é a de promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do país.

Ainda nos anos de 1990, a Plataforma *Lattes* e o Diretório de Grupos de Pesquisa foram criados com o objetivo de avaliar, acompanhar e direcionar a política de incentivo à pesquisa.

A Plataforma *Lattes* é um instrumento de suma importância para a padronização nacional de currículos, sendo referência no armazenamento e cruzamento de dados e informações. Já o Diretório dos Grupos de Pesquisa mantém todas as informações inerentes aos grupos de pesquisa em atividade no Brasil, sendo um importante instrumento de intercâmbio e troca de informações.

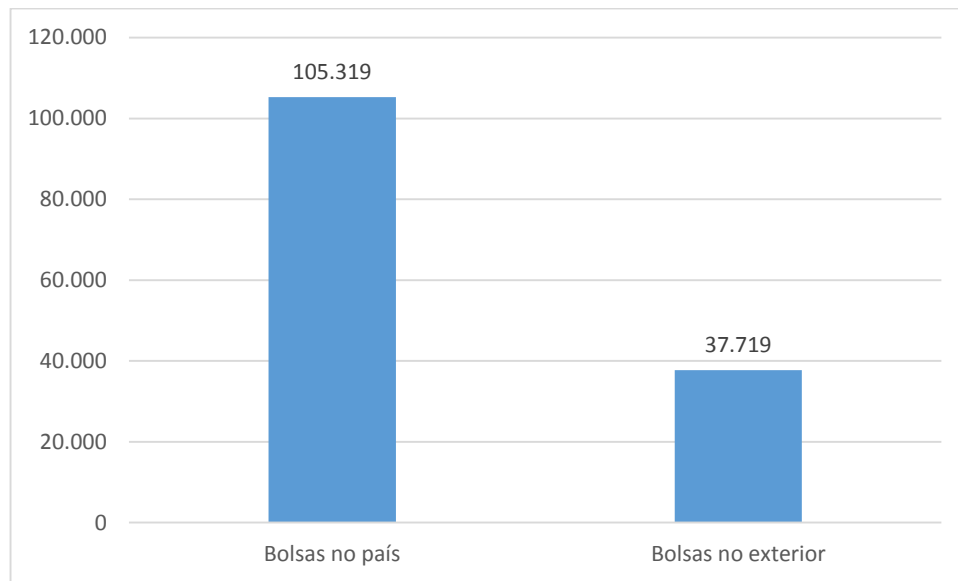
Atualmente, o CNPq tem por finalidade apoiar e estimular a pesquisa brasileira, através da concessão de bolsas, sejam elas direcionadas à formação do pesquisador, aos pesquisadores e grupos de pesquisa ou ao fomento à pesquisa com despesas de custeio e capital. Pode-se observar, na tabela abaixo, a disposição dessas bolsas.

Tabela 5 - Programas Oferecidos pelo CNPq

Bolsas direcionadas à formação do pesquisador	Bolsas no País	Iniciação Científica (IC)
		Aperfeiçoamento/Especialização (AP)
		Mestrado (GM)
		Doutorado (GD)
		Pós-Doutorado
	Bolsas no exterior	Estágio/Especialização (SPE)
		Estágio sênior (ESN)
		Mestrado (GME)
		Doutorado (GDE)
		Doutorado Sanduíche (SWE)
Bolsas direcionadas aos pesquisadores e grupos de pesquisa	Produtividade em Pesquisa (PQ)	Pós-Doutorado (PDE)
		Apoio Técnico (AP)
		Pesquisa Especial (PQE)
		Desenvolvimento Científico Regional (DCR)
		Recém-Doutor (RD)
		Especialista Visitante Institucional
Fomento à Pesquisa (custeio e capital)	Auxílio Editoração (AED)	Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI)
		Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI)
		Auxílio Integrado (AI)
		Auxílio Pesquisa (APQ)
		Auxílio Projeto Conjunto de Pesquisa (APC)
		Especialista Visitante (APV)
		Estágio/Especialização do Exterior (ASP)
		Estágio/Especialização no País (AEP)
Participação em eventos científicos (AVG)		
Pesquisador Visitante (PV)		
Promoção de eventos (ARC)		

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do CNPQ/MCTI

Diante dos diversos tipos de bolsas e fomento à pesquisa disponibilizados pelo CNPQ, podem-se destacar os números relacionados à concessão de bolsas em 2014. Foram concedidas um total de 143.038 bolsas, sendo que o maior volume é o destinado às bolsas no país, cerca de 73%, enquanto que 27% destinados a bolsas no exterior, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 7 - Bolsas concedidas pelo CNPq em 2014

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do CNPq

Com isso, o CNPq contribui para o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores, através de investimentos para a pesquisa, seja pela concessão de bolsas que podem ocorrer por meio de demanda espontânea, por parte dos próprios pesquisadores ou através de editais específicos para áreas que o CNPq julgue interessante ou estratégica para produção de conhecimento no país.

3.2.1.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES, órgão de fomento pertencente ao Ministério da Educação, foi criada pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, tendo por objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, Decreto 29.741/51).

O referido decreto instituiu uma comissão para a promoção da CAPES, que inicialmente era chamada de Campanha. E foi sob o comando do Professor Anísio Teixeira¹¹, como secretário geral, que a CAPES foi formalmente implantada em 1961

¹¹ Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, educador e escritor brasileiro. Importante personagem da história da educação no Brasil, difundindo os ideais da Escola Nova que priorizava o desenvolvimento

através do Decreto nº 50.737, de 7 de julho de 1961. Segundo Mendonça (2003), Anísio Teixeira foi de fundamental importância para tornar a CAPES um instrumento de promoção e expansão da Pós-Graduação e da pesquisa científica nas Universidades.

Vale ressaltar que o Brasil se encontrava num processo de estruturação com o desenvolvimento do modelo de industrialização e vivia sob uma política desenvolvimentista, o que exigia a formação de especialistas que pudessem suprir as necessidades que o crescimento econômico iria impor.

Já nos primeiros anos de funcionamento da CAPES, foi implantado o Programa Universitário no qual professores estrangeiros foram contratados com o intuito de interação e cooperação entre as Instituições. Em 1953, segundo a CAPES, foram concedidas 79 bolsas, sendo 02 para formação no país, 23 para aperfeiçoamento no país e 54 no exterior. Já no ano seguinte, esse número pulou para 155 bolsas, sendo a maioria das bolsas destinadas à formação no exterior, o que ressalta a ideia de intercâmbio entre as instituições para formação dos docentes do ensino superior.

Para Mendonça (2003), os primeiros anos de atuação da CAPES configuraram-se num projeto institucional de reconstrução da universidade brasileira que visava sua adequação às necessidades do país, passando a contribuir para a construção do saber científico brasileiro.

Nesse sentido, Mendonça afirma que, para Anísio Teixeira:

fazia-se necessário, para atender às novas exigências do desenvolvimento nacional, uma mudança de qualidade no ensino superior brasileiro, que implicava numa transformação radical das práticas efetivamente desenvolvidas no seu interior, supondo mudanças substantivas, não só nas estruturas universitárias, mas na própria mentalidade dos professores universitários. Para ele, estava chegado o momento de se ter a escola pós-graduada como centro e cúpula da nova universidade, formulando e reformulando o saber que seria ensinado na própria universidade, formando os quadros superiores de cientistas nos vários campos do saber humano e constituindo-se no espaço por excelência de formação do professor universitário. Dessa escola partiria, para ele, a verdadeira reforma universitária que se fazia necessária, uma reforma a partir de dentro da universidade, nas suas próprias palavras (MENDONÇA, 2003, p.296).

A partir de 1965, com a classificação de 27 cursos do nível de mestrado e 11 no nível de doutorado, a CAPES passou a exercer função de acompanhamento e avaliação dos Programas *Stricto Sensu* oficialmente instalados no Brasil, uma vez consolidados pelo Parecer Sucupira. Com isso, a CAPES passa a exercer mais atribuições e receber mais apoio financeiro para prosseguir com seu papel na nova política para a Pós-Graduação, auxiliando em sua expansão.

Nos anos de 1970, a estrutura da CAPES é modificada pelo Decreto nº 74.299/74 e passa a ser considerado como Órgão Central Superior, passando a gozar de autonomia administrativa e financeira. Outra mudança refere-se à transferência da sede da CAPES do Rio de Janeiro para Brasília. E, ainda em 1970, foram instituídos os Centros Regionais de Pós-Graduação.

Em 1981, através do Decreto nº 86.791, a CAPES passou a ser responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação, a partir de sua segunda edição, o PNPG de vigência de 1982 a 1985. Além disso, passou a ser reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe a elaboração, avaliação, acompanhamento e coordenação das atividades do ensino superior (CAPES, 2010).

Até o início dos anos de 1990, a CAPES não sofreu mudanças, vivendo um período de estabilidade caracterizado pela continuidade administrativa. Tal período de calma acabaria em 1990, com a extinção da CAPES pela Medida Provisória de nº 150, de 15 de março assinada pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

Houve intensa mobilização da opinião acadêmica e científica brasileira, bem como do próprio Ministério da Educação que foi contrário à extinção do órgão. A CAPES foi recriada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, cerca de um mês após sua extinção. Em 1992, a CAPES foi instituída como Fundação Pública, o que fez com que sofresse uma reestruturação que a fortaleceu como Instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do Brasil.

Em 2007, a Lei de nº 11.502, homologada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Nova CAPES que passou a coordenar o Sistema Nacional de Pós-Graduação, bem como passou a atuar por diversas linhas de ação, quais sejam:

- Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;

- Acesso e divulgação da produção científica e
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Deve-se destacar o enfoque dado à formação dos professores da educação básica, uma vez que tal atribuição foi consolidada dois anos depois, através do Decreto nº 6755 de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, a qual pretendia aprimorar a qualidade da educação básica do sistema de ensino do Brasil, estimulando experiências e aguçando o interesse nos próximos níveis de ensino.

Outra linha de ação bastante repercutida é a avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*, isso porque afeta diretamente o aporte financeiro aos programas. Esse sistema de avaliação, que data dos anos de 1970, tem por objetivo estabelecer um padrão de qualidade dos programas e identificar quais cursos atendem ao referido padrão, impulsionando, dessa forma, a evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação como um todo.

Dessa forma, a CAPES desempenha papel essencial para expansão e consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* brasileira, sendo o seu papel de coordenar e avaliar de grande valia para os resultados alcançados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, uma vez que atualmente conta com cerca de 3.905 cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional, com 325.230 pós-graduandos (CAPES, 2015.)

Para promover a expansão e consolidação da Pós-Graduação, a CAPES conta com um conjunto estruturado de Programas de fomento à Pós-Graduação, através da promoção de bolsas no país, no exterior ou de Programas especiais, conforme tabela a seguir:

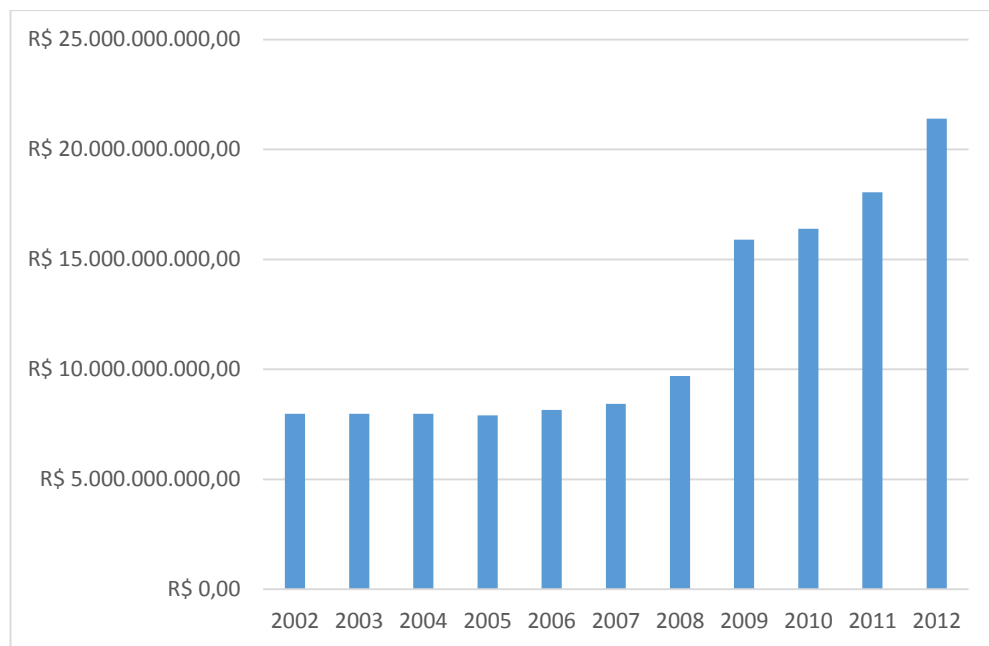
Tabela 6 - Programas Oferecidos pela CAPES.

Bolsas no País	DINTER Novas Fronteiras
	Programa de Demanda Social (DS)
	Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)
	MINTER E DINTER – CAPES/SETEC
	Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP)
	Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PIQDTEC)
	Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES _ 2013)
	Plano Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)
	Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação do Recém-Doutores (PRODOC)
	Programa de Formação Doutoral Docente (PRODOUTORAL)
	Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)
	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)
	Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS)
	Programa Professor Visitante Sênior (PVS Capes-UNILA)
Bolsas no exterior	Doutorado
	Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE
	Pesquisa Pós-Doutoral
	Estágio Sênior
	Apoio a Eventos no Exterior (AEX)
	Programa de Áreas Estratégicas e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
	Grande Prêmio CAPES de Teses
Programas Especiais	Toxinologia / CAPES
	Prêmio Systems Link - Pró-Multiplicar
	Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP
	Programa de Bolsa Especial para Doutorado em Pesquisa Médica
	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Engenharias
	Programa Pró-Equipamentos
	Programa de Formação de Recursos Humanos em TV Digital
	Programa de Apoio à Mobilidade Discente em Pós-Graduação em Ciências do Mar - Pró-Amazônia Azul
	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa)
	Programa de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais
	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)
	Doutorados em Bioinformática e Microeletrônica (BioMicro)
	Programa de Apoio à Pesquisa em Educação à Distância (PAPED)
	Programa de Apoio a Educação Especial (PROESP)
	Programa Nacional de Nanotecnologia
	Programa de Nanobiotecnologia
	Projeto de Criação do Centro de Ensino e Pesquisa em Meio Ambiente (CEPEMA/USP)
	Projeto Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Agronegócios
	Programa Nacional de Incentivo à Pesquisa em Parasitologia Básica
Pró-Estratégia	

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do CAPES/MEC

Verifica-se uma diversidade de programas e tipos de bolsa de estudo que foram incorporados ao longo do tempo pela CAPES. Interessante analisar também que o número de programas e projetos fornecidos pela CAPES é proporcional à evolução do seu investimento em bolsas e fomento dos anos de 2002 a 2012, conforme gráfico a seguir:

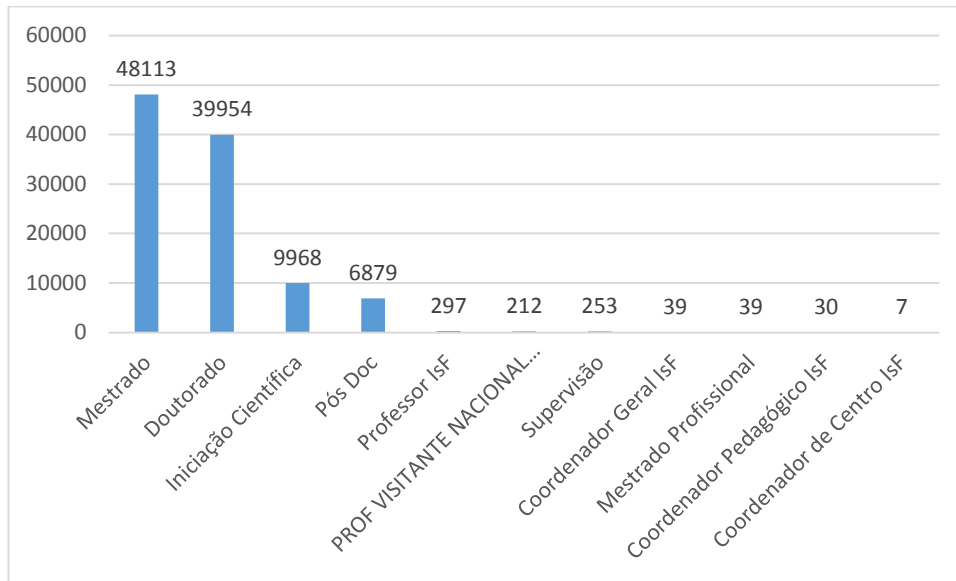
Gráfico 8 - Evolução do investimento da CAPES em bolsas e fomento de 2002 a 2012, com valores atualizados para 2012 pelo IPCA



Fonte: *Elaboração própria baseada nos dados do GeoCapes, 2014*

Verifica-se que, de 2002 a 2008, há certa constância nos valores investidos pela CAPES em bolsa e fomento no país. A partir de 2009, percebe-se uma evolução do investimento, chegando, em 2012, a cerca de R\$ 20 bilhões, mais que o dobro do valor investido em 2002, o que evidencia o incentivo desta agência e do governo federal na expansão e desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira.

Só no ano de 2014, a CAPES forneceu um total de 105.791 bolsas nos seus mais diversos programas. Destaca-se que há uma grande concentração das bolsas concedidas pela CAPES para o mestrado, doutorado e a iniciação científica. Cerca de 45% das bolsas concedidas foram direcionadas para mestrados, enquanto que 37% para o doutorado e 9% para iniciação científica.

Gráfico 9 - Bolsas concedidas pela CAPES em 2014

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do GeoCapes, 2014

Dessa forma, a CAPES tem contribuído para a expansão, consolidação da Pós-Graduação Brasileira, preservando a qualidade dos cursos, através da avaliação e capacitando cada vez mais os pós-graduandos, docentes e pesquisadores, favorecendo não só os programas, mas também a sociedade brasileira.

3.2.1.2.1 PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação

O Programa de Apoio a Pós-Graduação (PROAP) foi regulamentado pela Capes através da Portaria 53, de 26 de maio de 2000 e posteriormente alterada pelas Portarias 10, de 27 de março de 2002; Portaria 64, de 24 de março de 2010 e, finalmente, pela Portaria 154, de 28 de novembro de 2014, atualmente em vigor.

O PROAP tem por objetivo proporcionar melhores condições para formação de pesquisadores e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do Brasil.

Vale salientar que esse programa destina-se aos cursos de Pós-Graduação mantidos por Instituições Públicas que tenham programa de Pós-Graduação *stricto sensu* recomendado pela CAPES e que possuam cota de bolsa do Programa de Demanda Social (DS). Além disso, a Instituição deve manter uma estrutura administrativa para o gerenciamento dos recursos PROAP, geralmente sob a

competência da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) das Instituições.

Ainda no tópico de requisitos para ingresso da instituição no PROAP, destaca-se a garantia de uma infraestrutura de ensino e pesquisa para o funcionamento dos programas, a responsabilização pelo cumprimento das obrigações estipuladas pela CAPES, bem como prestar contas e apresentar relatórios da gestão dos recursos PROAP.

Ponto importante é a exigência, por parte da CAPES, de que o acompanhamento orçamentário e financeiro e a fiscalização do PROAP sejam realizados por meio da PRPPG ou outro órgão equivalente de gestão da Pós-Graduação *stricto sensu*. A Portaria também especifica as atribuições da CAPES para com o PROAP, sendo de sua responsabilidade o estabelecimento das normas e diretrizes do Programa, definir e transferir os recursos orçamentários e financeiros destinados às instituições e aos programas.

A CAPES deve ainda, por meio das Avaliações Trienais, acompanhar o desempenho dos programas de Pós-Graduação apoiadas pelo PROAP. Isso porque o valor de referência a ser repassado anualmente aos programas é fixado em função de sua disponibilidade orçamentária, primordialmente, com base na nota dos cursos nas avaliações realizadas pela CAPES, pela área de conhecimento dos programas e o nível de formação, se mestrado ou doutorado.

Subsidiariamente, ainda são considerados como critérios para fixação do valor referência, o grau de utilização das cotas de bolsas concedidas pela DS e pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e o grau de utilização dos recursos do PROAP nos exercícios anteriores. Este último critério ressalta a importância da gestão dos recursos PROAP pelos programas de Pós-Graduação para que haja um maior repasse a cada ano.

Além dos recursos destinados a cada programa, a PRPPG recebe um adicional de recursos proporcional ao montante percebido pelos programas. Tal valor deve integrar o Plano de Trabalho do PROAP na instituição.

Os recursos do PROAP podem ser destinados ao custeio de despesas de material de consumo; serviços de terceiros de pessoa jurídica e pessoa física; diárias; passagens e auxílio financeiro ao estudante e ao pesquisador, além de outros elementos de despesas que estejam em consonância com as atividades-fim

da Pós-Graduação e detalhados no Plano de Trabalho ou previstos no orçamento com a devida aprovação da CAPES.

Quanto às atividades que podem ser custeadas pelo PROAP, destacam-se a manutenção de equipamentos; a manutenção e funcionamento de laboratórios; serviços e taxas de importação; participação em cursos e treinamento em técnicas de laboratório e utilização de equipamentos; produção, revisão e confecção de conteúdos científico-acadêmicos; manutenção do acervo de periódicos não contemplados pelo Portal de Periódicos da CAPES; apoio à realização de eventos, bem como à participação de professores, pesquisadores e alunos em atividades científico-acadêmicas, seja no país ou no exterior; intercâmbio e parcerias entre programas ou disciplinas que estejam relacionadas às dissertações e teses e, por fim, a aquisição e manutenção de tecnologias em informática e da informação.

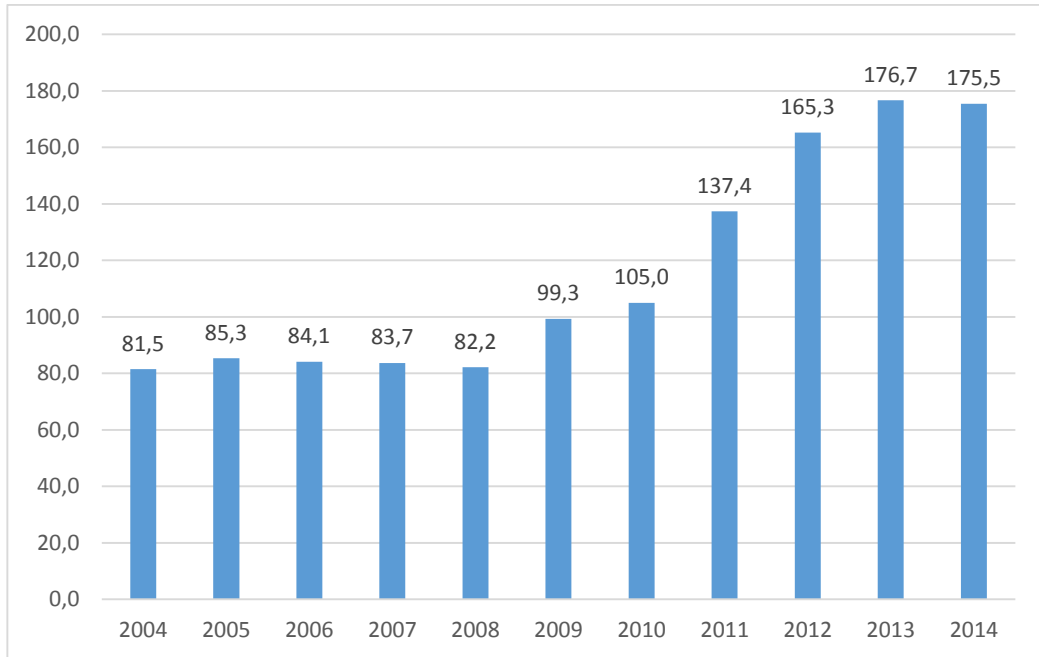
Vale ressaltar que é vedado pela portaria o pagamento de valores referentes a pró-labore, consultoria, gratificação ou remuneração para ministrar cursos e aulas e participar de bancas examinadoras.

Vê-se que as atividades e despesas que podem ser custeadas pelo PROAP são a base para a manutenção, consolidação e expansão dos programas, cobrindo despesas que incentivam a produção de conhecimento, a manutenção e utilização de equipamentos e laboratórios e o intercâmbio de professores, alunos e pesquisadores.

O § 2º do artigo 7º da atual Portaria estabelece como sendo dos programas de Pós-Graduação a responsabilidade pela análise de mérito e priorização das despesas, devendo-se respeitar o estabelecido pelo Plano de Trabalho da Instituição aprovado pela CAPES.

Os investimentos da CAPES através do PROAP tiveram um aumento significativo nos últimos 5 anos, conforme gráfico extraído do Relatório de gestão de 2014 do órgão de fomento.

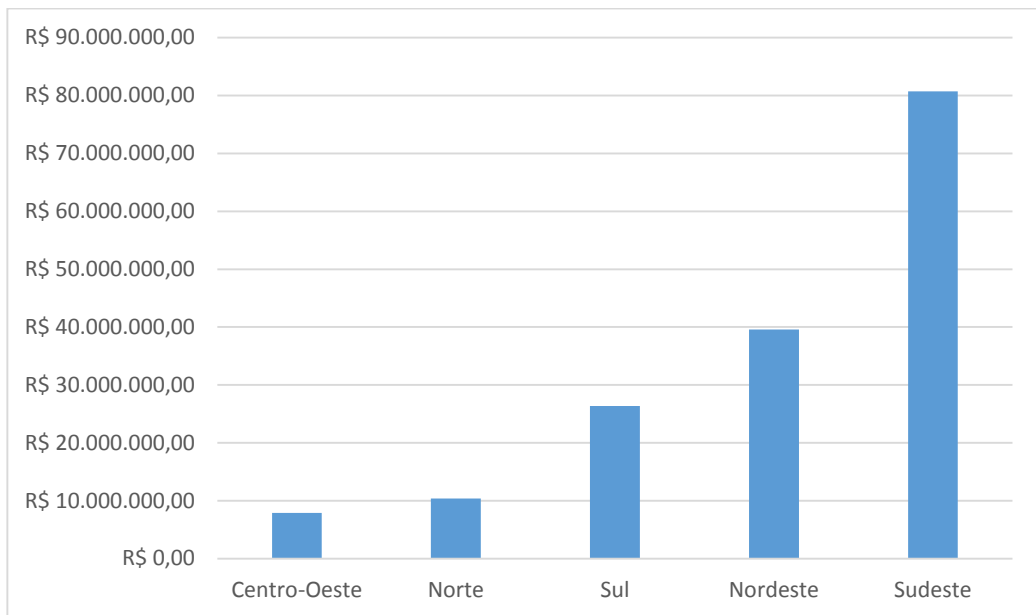
Gráfico 10 - Evolução da concessão de recursos PROAP (em milhões R\$) no período de 2004 a 2014, com valores atualizados para 2014, pelo IPCA.



Fonte: Relatório de gestão da CAPES do exercício de 2014

Verifica-se que não há variação significativa entre os anos de 2004 a 2008, sendo a partir de 2009 que se visualiza uma intensificação no aumento do volume de recursos destinados à Pós-Graduação brasileira, dobrando os valores de 2004.

Portanto, no ano de 2014, cerca de 164 milhões de reais foram destinados aos programas de Pós-Graduação de todo o Brasil, conforme disposto no gráfico a seguir:

Gráfico 11 - Recursos PROAP de 2014 por Região.

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da CAPES

O Sudeste é a região que mais recebeu recursos PROAP em 2014, cerca de 49% do montante total distribuído no país. A região Nordeste vem logo depois, com 24%, seguida pela região Sul que figura como 3º maior beneficiário dos recursos PROAP no Brasil, com cerca de 16% do valor total. Já a região Norte conta com 6,3%, e o Centro-Oeste com 4,7% do montante de recursos PROAP distribuídos no país no ano de 2014.

Pode-se constatar que o PROAP, com um montante anual que ultrapassa os 160 milhões de reais, abrange uma gama de despesas e atividades essenciais à manutenção e expansão dos programas de Pós-Graduação, o que evidencia sua importância, pois além da concessão de bolsas, os programas de Pós-Graduação necessitam de estrutura, material, intercâmbio de professores e tantos outros fatores.

Nesse sentido, torna-se fundamental analisar a gestão de tais recursos pelos programas de Pós-Graduação e este é o ponto central desta dissertação: entender como se dá a gestão dos recursos PROAP pela UFPB, identificar possíveis problemas e apresentar soluções para que o PROAP atinja seus objetivos de proporcionar melhores condições para formação de pesquisadores e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do Brasil.

4 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROAP NA UFPB NO ANO DE 2014

Neste capítulo será apresentada a análise dos resultados obtidos na pesquisa da gestão dos recursos PROAP na UFPB no ano de 2014. Para tanto, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa histórica da UFPB, evidenciando seu desenvolvimento e sua responsabilidade social para com o estado da Paraíba e o país. Além disso, analisou-se, através do PDI, como a instituição trata e planeja o desenvolvimento de sua Pós-Graduação. Em seguida, buscou-se dados sobre a execução dos recursos PROAP na UFPB no ano de 2014, tendo como principais fontes, o Tesouro Gerencial, que é uma ferramenta nova que possibilita a consulta da execução orçamentária e financeira do Governo Federal e de todos os seus órgãos; a CAPES, através de relatórios de gestão e solicitações via e-SIC e a UFPB, por meio de relatórios fornecidos pela Pró-Reitoria de Administração. Estes dados foram coletados e analisados à luz da metodologia já descrita anteriormente.

4.1 A UFPB NO CONTEXTO NACIONAL

A Universidade da Paraíba foi criada no ano de 1955 através da Lei estadual nº. 1.366, de 02 de dezembro 1955, partindo da reunião de escolas superiores isoladas já existentes na Paraíba e sob a responsabilidade do Governo Estadual. A federalização da instituição deu-se em 1960, através da Lei nº 3.835/60, de 13 de dezembro de 1960, quando passou a ser denominada Universidade Federal da Paraíba, composta de estruturas universitárias existentes de João Pessoa e Campina Grande.

Ainda na década de 1960, a UFPB fortaleceu e expandiu a oferta de cursos superiores, uma vez que incorporou à sua estrutura a Escola de Agronomia do Nordeste, da cidade de Areia e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, de Bananeiras. A UFPB continua seu desenvolvimento na década de 1970, com o aumento significativo de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que, segundo PDI 2009-2012, conferiu-lhe um importante papel no desenvolvimento regional. Na década de 1980, foram incorporados mais três *campi* nas cidades de Patos, Sousa e Cajazeiras.

Vale ressaltar que mesmo com 07 (sete) *campi* espalhados por todo estado da Paraíba, a UFPB centralizava em sua unidade de João Pessoa a administração de todos os *campi*, o que trouxe à tona dificuldades da Instituição em administrar todos os *campi*, tanto no que diz respeito à distância, como pelo alto custo operacional para manutenção de todas as estruturas.

Essa crise administrativa e política tornou-se insustentável e, em 2002, a Universidade Federal de Campina Grande foi criada, por meio da Lei nº 10.419/2002, resultante do desmembramento de 04(quatro) dos 07(sete) *campi* da UFPB. Dessa maneira, os *campi* localizados nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa passaram a fazer parte da UFCG. A UFPB conservou os *campi* de João Pessoa, Areia e Bananeiras. Em 2006, é criado o *campus* IV, no Litoral Norte do estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

Em 2007, a Universidade Federal da Paraíba apresentou seu plano de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹², que apresentou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica.

Com isso, a UFPB voltou-se para a reestruturação e ampliação de oferta de vagas e cursos de ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se a criação de unidades avançadas em Santa Rita e Mangabeira e a criação de novos Centros, a exemplo do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), Centro de Biotecnologia (CBIOTEC), Centro de Informática (CI), o Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR), bem como a criação da UFPB VIRTUAL que oferece cursos de graduação, Pós-Graduação e extensão à distância, aumentando ainda mais o campo de atuação da UFPB na Paraíba.

A UFPB tem por missão, descrita em seu Plano de Desenvolvimento Institucional de 2014-2018, a

¹² O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096 com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior”. Cada Instituição, por decisão de seu Conselho Universitário, poderia aderir ao REUNI, sendo-lhes imposto o cumprimento de metas em contrapartida ao recebimento de recursos adicionais.

geração e difusão do conhecimento que possa propiciar o desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita interação com os poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais de modo a construir uma sociedade mais justa (UFPB, PDI 2014-2018).

A UFPB tem importante papel nas transformações socioeconômicas do estado da Paraíba e do Nordeste. A missão da UFPB destaca a intenção de colocar toda sua capacidade de gerar e difundir conhecimento para oferecer um desenvolvimento científico e tecnológico com o objetivo de desenvolvimento de todo o estado, uma vez que o campo de atuação e abrangência da Universidade aumentou nos últimos anos.

Atualmente, a UFPB está estruturada da seguinte forma:

- **Campus I** (João Pessoa): compreendendo os seguintes Centros: Centro de Biotecnologia (CBIOTEC), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Educação (CE); Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR); Centro de Informática (CI); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR).
- **Campus II** (Areia): Centro de Ciências Agrárias (CCA).
- **Campus III** (Bananeiras): Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA);
- **Campus IV** (Mamanguape e Rio Tinto): Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE).

Destaca-se que, além da existência dos *campi* de Areia e Bananeiras, houve também a criação do *Campus IV* que atende a população da região de Mamanguape e Rio Tinto, bem como do Ensino a Distância (EAD), que alcança tantos outros que precisariam sair de suas cidades para ter acesso aos serviços prestados pela UFPB.

O credenciamento da UFPB na Universidade Aberta do Brasil (UAB) realmente aumentou a inserção regional da Instituição no Estado e inclusive em Municípios de outros Estados, a exemplo da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o que destaca a responsabilidade social da UFPB.

O perfil acadêmico e administrativo da UFPB, apresentado pelo PDI, demonstra bem o crescimento da Instituição nos últimos anos, com crescimento expressivo tanto nos dados da graduação como nos da Pós-Graduação, conforme tabela a seguir:

Tabela 7 - Perfil Acadêmico-Administrativo – UFPB

GRADUAÇÃO	2009	2012	2013
Número de cursos presenciais	105	129	130
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	6.335	8.070	8.245
Número de alunos diplomados	2.362	2.503	2.847
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE	27%	55,81%	58%
Taxa de sucesso de diplomados	70,40%	55,81%	54,76
Relação alunos de graduação/matriculada projetada por Professor	12,41	14,16	13,79
Número de alunos/matriculadas projetadas nos cursos presenciais de graduação	25.599	31.837	32.827
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012	2013
Número de cursos de Mestrado	40	51	57
Número de cursos de Doutorado	18	30	34
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	45%	59%	60,71%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	26%	20%	37,50%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de Pós-Graduação (mestrado e doutorado)	2.722	3.687	3.798
Número de titulados – Mestrado	603	728	716
Número de titulados – Doutorado	135	166	194
RECURSOS HUMANOS	2009	2012	2013
Número de professores do quadro docente	1.901	2.248	2.381
Percentual de doutores no corpo docente	56	63,26%	66,69%
Número de servidores técnico-administrativos	2.507	3.606	3.734

Fonte: PDI 2014 - 2018

Dessa forma, alcançando um número maior de pessoas, gerando e difundido conhecimento, preparando-as para o mercado de trabalho, a UFPB tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, desenvolver economicamente o Estado, integrando os Municípios e desenvolvendo sistemas produtivos, através da interação junto às empresas, objetivando ampliar a capacidade empreendedora e a potencialização das atividades produtivas do estado.

4.2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UFPB DE 2014 A 2018

O PDI é um dos documentos mais relevantes de uma Instituição Federal de Ensino Superior, uma vez que apresenta um aspecto globalizante, a partir do momento em que envolve missão, objetivo, metas, estratégias e cronograma de ação da IFES, com o objetivo de desenvolver e melhorar a qualidade dos serviços prestados para a educação e para a sociedade brasileira. É, sobretudo, uma forma de instrumentalizar a gestão com visão de futuro.

Nesse sentido, a Resolução de n.º 10/2002 do Conselho Nacional de Educação demonstra bem a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional, uma vez que exige sua elaboração como requisito para credenciamento, transferência de recursos, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos do Sistema Federal de Educação Superior.

Assim, o art. 6º da citada Resolução, afirma que

o Plano de Desenvolvimento Institucional se constitui em compromisso da instituição com o Ministério da Educação a ser apresentado pela mantenedora, e deverá ser desenvolvido juntamente com a mantida e preparado para um período de 5 (cinco) anos. O PDI deve apresentar um plano de implantação e desenvolvimento dos cursos, assegurando qualidade, infraestrutura e organização didático-pedagógica, deve descrever e apresentar cronograma do processo de expansão da instituição e apresentar um projeto de qualificação da instituição, contendo a descrição dos procedimentos de autoavaliação institucional, bem como os de atendimento aos alunos, incluindo orientação administrativa, pedagógica e profissional, acesso aos laboratórios e bibliotecas e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos (BRASIL, 2002).

Além disso, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), uma vez instituído em 2004, determinou a formulação do PDI como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior.

A obrigatoriedade do PDI apresenta-se como importante instrumento no intuito de combater o amadorismo existente nas IFES no que se diz respeito a Planejamento, que tem por histórico ser baseado na intuição e improvisação das Instituições, bem como pela descontinuidade administrativa com a mudança de seus responsáveis.

Arguin (1988) destaca a importância do PDI ao considerar o planejamento um instrumento de mudança institucional, devendo conduzir a organização a promover mudanças de forma planejada, antecipando-se a demandas e pressões internas e externas.

O ator responsável pela política para o ensino de pós-graduação da UFPB no PDI 2014-2018 foi a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG), estabelecendo as diretrizes para o crescimento e melhoria da Pós-Graduação até 2018, em consonância com o Plano Nacional de Pós-Graduação – 2011-2020.

A política institucional de fomento à pesquisa e Pós-Graduação da UFPB tem como objetivos principais: ampliação, melhoria da qualidade, consolidação e expansão do sistema de Pós-Graduação e ampliação da produção científica global da UFPB.

Estabelece, entre outros pontos, a ampliação e consolidação dos cursos de Pós-Graduação, principalmente em áreas de conhecimento pouco ou não contempladas, dando-se destaque aos mestrados profissionais e ao aumento de vagas nos cursos já oferecidos, dentro dos limites impostos pela CAPES/MEC. Prevê, ainda, a contrapartida de 20% de recursos da UFPB aos recursos PROAP/CAPES para melhorias na infraestrutura.

A ampliação e criação de programas que estimulam a inclusão e o desenvolvimento social em áreas estratégicas são previstos através de Programas, a exemplo do Programa de Apoio aos Projetos de Iniciação Científica (PRÓ-PIBIC); do Programa de Qualificação Institucional (PQI); do Pró-Publicação (Artigos) - Apoio à Produção Científica em Periódicos Qualis nos Estratos A1, A2 e B1 e do Pró-Publicação (Livros) - Apoio à publicação de livros.

Importantes ações que já existem em apoio à Pesquisa e Pós-Graduação são os investimentos em melhores condições de trabalho para os professores doutores,

através da entrega de enxovais; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que visa à formação de jovens cientistas do país; a captação de recursos externos, fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e Pós-Graduação, haja vista que os investimentos públicos não atendem completamente às necessidades e condições de pleno desenvolvimento, através de projetos institucionais como o Pró-Equipamentos da CAPES e CT – Infra do MCTI; e, por fim, a cooperação internacional que visa uma maior mobilidade estudantil, oferecendo um intercâmbio cultural tanto no envio de estudantes como no acolhimento dos estudantes e docentes estrangeiros, com o objetivo de ampliar convênios, promover pesquisas conjuntas e parcerias estratégicas fortalecendo a posição da UFPB na comunidade internacional.

Com todas essas medidas e diretrizes, o PDI 2014-2018 prevê melhoria na qualidade acadêmica e estrutural, projetando crescimento nos setores acadêmicos e administrativos para o seu período de vigência, conforme verificamos na tabela abaixo.

Tabela 8 - Projeção de crescimento nos setores acadêmicos e administrativo.

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2013	2018 (%)
Número de cursos de Mestrado	56	+20
Número de cursos de Doutorado	32	+20
Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4	54	+10
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de Pós-Graduação (mestrado e doutorado)	4.064	+20
Número de alunos titulados nos cursos presenciais de Pós-Graduação (mestrado e doutorado)	910	+20
Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos).	1.230	+20

Fonte: PDI 2014-2018 - UFPB

Segundo o PDI 2014-2018, na UFPB têm sido constantes a expansão e o sucesso das pesquisas em virtude da criação de cursos de Pós-Graduação, e isso pode ser constatado com o aumento da produção científica nos últimos 5 (cinco) anos que antecederam o atual PDI. O número de doutores aumentou, bem como a

quantidade de grupos de pesquisa e bolsistas CNPq e tudo isso contribui para a evolução da produção científica.

Destaca-se que essa evolução de produção acontece, principalmente, em áreas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico da região e do país. Podem-se destacar tais áreas estratégicas como sendo de geração alternativa de energia, como o biodiesel e gás natural, o desenvolvimento de fármacos, medicamentos, biotecnologia, entre outras.

Além disso, o PDI prevê metas para disseminar as inovações tecnológicas da UFPB para empresas e para a sociedade, a exemplo das seguintes metas:

- Contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica;
- Colocar à disposição da indústria, através da interlocução com pesquisadores, instrumentos de produção desenvolvida em conjunto para assegurar a modernização e a reconversão de setores industriais, favorecendo o surgimento de uma nova capacidade de produção de maior valor agregado;
- Estabelecer parcerias nos organismos públicos, empresas técnicas, associações comerciais e profissionais;
- Estabelecer ligação entre os laboratórios (pesquisadores) de pesquisa e indústria, principalmente pequena e médias empresas para incrementar a transferência das tecnologias desenvolvidas na UFPB.

Tais medidas fortalecem o papel da Instituição de gerar e oferecer seu conhecimento para que, em conjunto com Municípios, empresas e a sociedade paraibana, o Estado da Paraíba possa se desenvolver.

O atual PDI, sob o efeito da expansão imposta à UFPB pelo REUNI, prevê a criação de novos cursos no âmbito da Graduação e Pós-Graduação. A criação desses novos cursos, no entanto, está condicionada às diretrizes do Governo Federal, bem como pela necessidade de formação de recursos humanos na área. Importante destacar que a UFPB deve atentar para o mercado e para a sociedade, ou seja, criar cursos que sejam importantes para o desenvolvimento do estado e que prepare os estudantes para a sociedade globalizada.

A UFPB possui atualmente 62 programas de Pós-Graduação em atividade, compostos por 50 mestrados acadêmicos, 06 mestrados profissionais e 32

doutorados. O PDI não informa se serão criados cursos de mestrado profissional, nova modalidade de mestrados que visam à integração com a Instituição e o mercado produtivo.

Pode-se inferir que há um bom planejamento para a Pós-Graduação da UFPB pelos próximos quatro anos, tendo em vista que o PDI contempla bem as necessidades para o desenvolvimento e melhoria da qualidade da Pós-Graduação oferecida pela UFPB, podendo atingir tal propósito caso todas as ações sejam devidamente implementadas.

4.3 GESTÃO DOS RECURSOS EM 2014

A Universidade Federal da Paraíba é umas das Instituições Federais de Ensino Superior de maior relevância do país. Em termos de orçamento anual, situa-se na 10ª posição entre as IFES, ocupando um lugar de destaque, em volume de recursos, no ensino superior brasileiro, conforme demonstra a tabela 9 a seguir:

Tabela 9 - Orçamento total autorizado para as IFES em 2014.

Posição	Instituições Federais de Ensino Superior	Orçamento total autorizado
1º	Universidade Federal do Rio de Janeiro	R\$ 2.667.493.253,00
2º	Fundação Universidade de Brasília	R\$ 1.772.062.594,00
3º	Universidade Federal de Minas Gerais	R\$ 1.653.255.556,00
4º	Universidade Federal Fluminense	R\$ 1.531.078.240,00
5º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	R\$ 1.504.092.961,00
6º	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	R\$ 1.284.703.196,00
7º	Universidade Federal de Pernambuco	R\$ 1.263.418.591,00
8º	Universidade Federal do Ceará	R\$ 1.260.481.983,00
9º	Universidade Federal do Paraná	R\$ 1.254.414.258,00
10º	Universidade Federal da Paraíba	R\$ 1.245.073.750,00

Fonte: *Elaboração própria com base nos dados do SigaBrasil.*

Tão expressiva quanto a UFPB, a sua Pós-Graduação também se destaca no cenário nacional, já que, mais uma vez, situa-se entre as 10 Instituições Federais de Ensino Superior que mais recebem recursos PROAP para o fomento e desenvolvimento de suas atividades, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 10 - Distribuição do PROAP por IFES em 2014.

Posição	Instituições Federais de Ensino Superior	Recursos PROAP
1º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	R\$ 5.880.526,00
2º	Universidade Federal do Paraná	R\$ 5.435.393,00
3º	Universidade Federal de Santa Catarina	R\$ 5.327.740,00
4º	Universidade Federal de Pernambuco	R\$ 5.018.697,61
5º	Universidade Federal do Rio de Janeiro	R\$ 4.847.540,00
6º	Fundação Universidade de Brasília	R\$ 4.676.906,66
7º	Universidade Federal da Bahia	R\$ 4.350.866,00
8º	Universidade Federal da Paraíba	R\$ 4.296.400,00
9º	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	R\$ 4.153.364,00
10º	Universidade Federal do Ceará	R\$ 3.940.147,00

Fonte: *Elaboração própria com base nos dados do Relatório de gestão da CAPES de 2014.*

Neste caso, a UFPB situa-se na 8ª posição entre todas as IFES do Brasil, sendo a 3ª na região Nordeste, atrás apenas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Tal panorama ressalta a importância da UFPB e sua Pós-Graduação, acarretando-lhe uma maior responsabilidade em utilizar os recursos que lhe são destinados, de maneira a garantir a qualidade e as melhorias necessárias para o oferecimento do ensino, da extensão e da pesquisa científica.

Por isso, torna-se imprescindível que a gestão do PROAP seja planejada e executada em sua totalidade, embora, dentro do orçamento geral da universidade, seus recursos sejam considerados de pequeno volume, mas intrinsecamente fundamentais para garantir que os objetivos de fomentar e desenvolver a Pós-Graduação sejam alcançados, através da realização de bancas de defesa de mestrado e doutorado, da oferta de cursos e disciplinas com professores de outras Instituições, compras de materiais essenciais, entre outros.

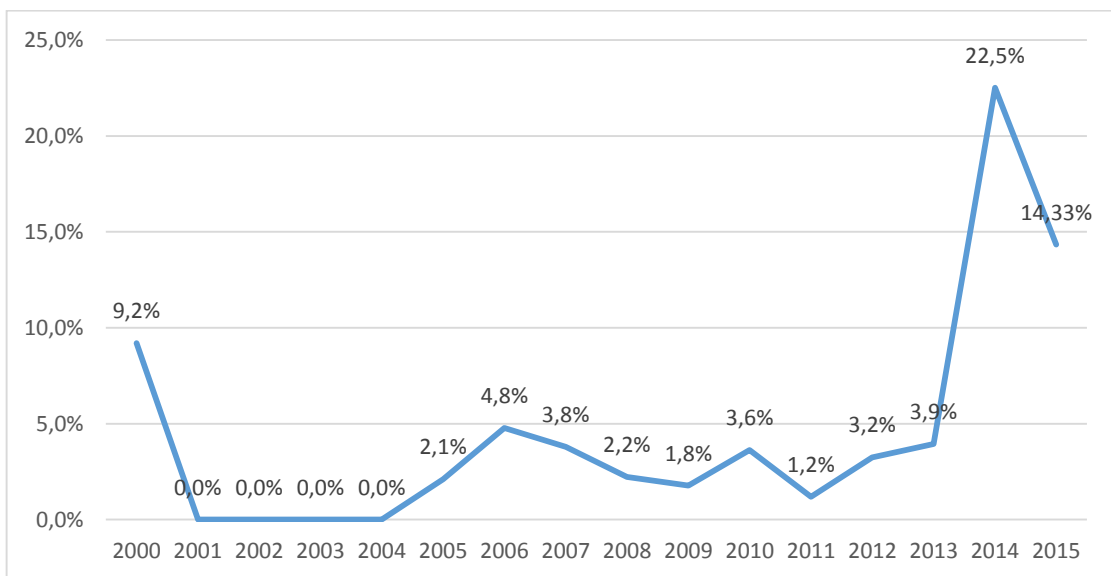
Nessa perspectiva, após análise do relatório de gestão dos recursos do PROAP na UFPB no ano de 2014, verificou-se que cerca de 22,51% dos valores recebidos não foram executados e utilizados pelos programas de Pós-Graduação, sendo devolvidos à União no fim do exercício.

Deve-se destacar que a análise dos valores devolvidos no fim do exercício financeiro se refere àqueles empenhados até o dia 31 de dezembro de cada ano,

excetuando-se os valores inscritos em Restos a pagar¹³ e que serão, ou não, pagos ao longo do ano que se inicia. Tais valores também influenciam o resultado final da execução, e que merece um estudo mais detido, o que foge ao escopo deste trabalho.

Isto posto, o gráfico 12 apresenta, desde o início da vigência do PROAP, no ano de 2000, até o ano de 2015, o percentual dos valores devolvidos pela UFPB ao fim de cada exercício.

Gráfico 12 - Evolução dos recursos PROAP devolvidos pela UFPB ao final de cada exercício de 2000 a 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios de controle de orçamento da UFPB

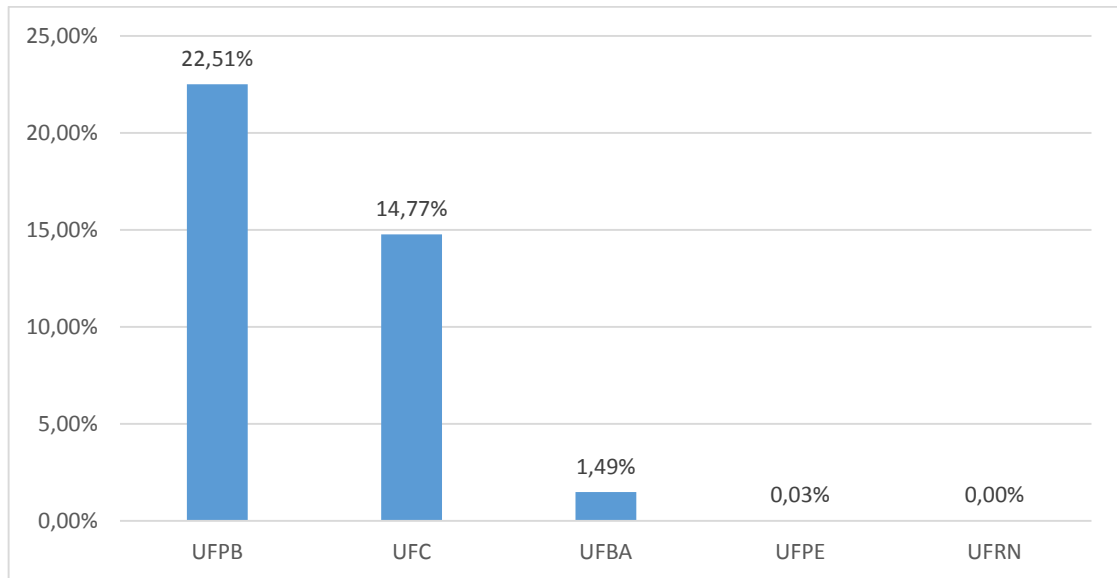
Nota-se que a porcentagem do valor devolvido em 2014 destoa completamente de todos os outros anos, o que demonstra que foi um ano atípico, sendo imprescindível sua análise mais aprofundada.

Portanto, questionam-se os motivos pelos quais, cerca de R\$ 967 mil reais, de R\$ 4 milhões recebidos, foram devolvidos, enquanto que se defende e reconhece que a Pós-Graduação brasileira desenvolver-se-á com o aumento e a utilização massiva dos investimentos governamentais.

¹³ Segundo o Tesouro Nacional, define-se Restos a Pagar como sendo as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Processadas são as despesas inscritas em Restos a pagar, liquidadas e não pagas. Não Processadas, são as despesas empenhadas e não liquidados.

Além da UFPB, analisaram-se também os percentuais de recursos PROAP não executados em 2014 de outras IFES de mesmo porte na região Nordeste, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 13 - Devolução dos recursos PROAP em 2014 pelas principais IFES do Nordeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tesouro Gerencial.

Constata-se que a UFPB foi a IFES que mais devolveu recursos, seguida da Universidade do Ceará (UFC), com 14%. Destaca-se a execução realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com praticamente 100% de utilização dos recursos PROAP, bem como a UFPE e a UFBA que também obtiveram bons resultados na execução dos recursos.

Tal análise evidencia a existência de problemas, na gestão do PROAP na UFPB em 2014, que precisam ser identificados e solucionados para que os programas possam oferecer melhores condições para formação de recursos humanos e para produção de conhecimento. Para tanto, a gestão dos recursos PROAP em 2014 pela UFPB será analisada de forma aprofundada nos pontos a seguir.

4.4 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PROAP EM 2014

No ano de 2014, através do Termo de Cooperação 1384/2014, a CAPES repassou os recursos PROAP à UFPB, com o objetivo de custear e desenvolver as

atividades dos seus programas de Pós-Graduação, visando proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos.

O termo de cooperação, que previa o repasse de R\$ 4.296.400,93, teve sua vigência iniciada em 11 de fevereiro de 2014, conforme relatório de gestão da CAPES daquele ano. Assim, através da nota de crédito de nº 00077, tais recursos foram repassados para a UFPB na data de 12 de fevereiro de 2014.

A partir de 18 de fevereiro, os recursos foram descentralizados e encaminhados para as suas respectivas unidades gestoras através de notas de dotação. Portanto, a partir desta data, os recursos PROAP já poderiam ser executados pelos programas de Pós-Graduação da UFPB, havendo tempo hábil para o melhor planejamento e execução dos recursos até o término de vigência do termo de cooperação, no caso dezembro de 2014.

No entanto, conforme já mencionado anteriormente, no ano de 2014, a UFPB devolveu cerca de 22% dos recursos repassados pela CAPES, montante bastante expressivo e completamente destoante dos anos anteriores. Por isso o interesse de estudo na gestão e execução do PROAP na UFPB nesse período.

Um fato a se destacar, e que será analisado posteriormente, é que, a partir do mês de maio do ano de 2014, a execução dos recursos do PROAP passou a ser realizada pela PRA, uma vez que a PRPG deixou de ser uma unidade gestora, sob a explicação formal de que a equipe e estrutura da PRPG não seriam suficientes para suprir as necessidades dos programas.

Antes de uma análise mais aprofundada e individualizada da gestão dos programas escolhidos para a pesquisa, torna-se relevante analisar os dados gerais da UFPB, tais como os valores recebidos, remanejados, executados e devolvidos por cada natureza de despesa que o PROAP abrange em seu termo de cooperação.

Para efeito de entendimento desta análise geral dos recursos do PROAP pela UFPB, faz-se necessário conceituar e identificar as classificações da natureza das despesas que são contempladas pelo Programa e que estão em consonância com as atividades-fim da Pós-Graduação.

Inicialmente, conceitua-se natureza de despesa como sendo códigos definidos pelo Manual de Despesa Nacional e que tem por finalidade identificar os objetos de gasto que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins (BRASIL, 2008).

Assim, de acordo com o Manual de Despesa Nacional, as naturezas de despesa contempladas pelo PROAP são descritas da forma a seguir:

Tabela 11 - Descrição das naturezas de despesa contempladas pelo PROAP.

Natureza de despesa	Descrição das despesas
339014	Refere-se a despesas de diárias no país e no exterior, devendo ser destinado a gastos com alimentação, hospedagem e locomoção urbana do servidor que se deslocar de sua sede a serviço.
339018	Trata de auxílio financeiro a estudante para financiamento de estudo e pesquisa de natureza científica, através de bolsas de estudo no país, no exterior e auxílios para desenvolvimento de estudos e pesquisas.
339030	Abrange as despesas de material de consumo, como alimentos, material de expediente, de manutenção, combustíveis, reposição e aplicação e outros materiais de uso não duradouro.
339033	Trata de despesas com passagens terrestre e aérea, para o país ou para o exterior, para servidor que se desloque de sua sede a serviço.
339036	Trata de remuneração de serviço de natureza eventual prestado por pessoa física sem vínculo empregatício, através do pagamento de diárias para colaboradores eventuais, entre outros serviços.
339039	Cita a prestação de serviço por empresas (pessoas jurídicas), tais como: hospedagens para servidores e colaboradores, locação de imóveis, softwares e máquinas, serviços de energia elétrica, entre outros.
339047	Refere-se ao pagamento de obrigações tributárias e contributivas, a exemplo do INSS patronal, impostos estaduais: IPTU, IPVA, e imposto sobre importação.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Manual Siafi.

Destaca-se que as naturezas de despesa e os valores a elas destinados pela Nota de crédito emitida pela CAPES às IFES já são pré-determinados pelo órgão de fomento, sendo facultado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação o remanejamento desses recursos, dentro dos limites estabelecidos, para melhor atender às necessidades dos programas de Pós-Graduação. As naturezas de despesa 309033 e 309014, relativas a passagens terrestres e aéreas e a diárias, respectivamente, têm um teto para execução e remanejamento. Não há limitação para os outros códigos.

Assim, após identificação de cada natureza de despesa, há subsídios para a análise da tabela com a descrição da gestão dos recursos PROAP pela UFPB em 2014 que se segue:

Tabela 12 - Execução dos créditos recebidos pela UFPB através do termo de cooperação - PROAP 1384/2014.

Natureza de despesa	Valor total recebido conforme nota de crédito da CAPES (R\$)	Valor total após remanejamentos solicitados (R\$)	Valor executado (R\$)	Valor não executado (R\$)	Percentual dos recursos não executados
339014	816.316,18	745.297,52	389.979,73	355.317,79	47%
339018	1.074.100,23	1.001.720,87	836.502,09	165.218,78	16%
339030	343.712,07	550.509,40	489.116,27	61.393,13	11%
339033	945.208,20	854.824,88	529.666,19	325.158,69	38%
339036	257.784,06	119.975,48	98.300,73	21.674,75	18%
339147	42.964,01	37.163,34	11.892,24	25.271,10	68%
339039	816.316,18	986.909,44	973.441,84	13.467,60	13%
TOTAL	4.296.400,93	4.296.400,93	3.328.899,09	967.501,84	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pela UFPB.

Da análise desta tabela, depreende-se que as despesas com tributações e impostos tiveram uma baixa taxa de utilização, sendo devolvido, ao fim do exercício, cerca de 68% do valor recebido. Destacam-se também as taxas expressivas de devolução das despesas com passagens e diárias, com 38% e 47%, respectivamente.

Com cerca de 89% de utilização dos recursos, as despesas com material de consumo apresentam o menor índice de devolução dos valores recebidos.

Após a análise da gestão dos recursos de maneira geral, do valor como um todo, passa-se a realizar um estudo mais aprofundado dos programas escolhidos.

A UFPB conta com 52 programas de Pós-Graduação que recebem recursos do PROAP, tendo quatro unidades gestoras responsáveis pela execução de tais recursos; a PRPG, que iniciou o ano de 2014 como unidade gestora, repassando a gestão dos programas sob sua responsabilidade para a PRA; o CCEN; o CCA e o CCHSA.

Dessa forma, em 2014, o montante de R\$ 4.296.400,93 foi distribuído da seguinte forma entre os programas em suas respectivas unidades gestoras:

Tabela 13 - Relação dos programas de Pós-Graduação distribuídos por unidade gestora responsável.

PRPG/PRA	
CURSOS	VALOR ANUAL CURSOS
ADMINISTRAÇÃO	46.600,00
ANTROPOLOGIA	34.000,00
ARQUITETURA E URBANISMO	46.000,00
ARTES VISUAIS	18.500,00
BIOTECNOLOGIA	17.333,33
CIÊNCIA E TEC. ALIMENTOS	136.000,00
CIÊNCIAS JURÍDICAS	44.600,00
CIÊNCIA DAS RELIGIÕES	33.000,00
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	55.800,00
CIÊNCIA E ENG. MATERIAIS	54.500,00
COMUNICAÇÃO	46.000,00
CONTABILIDADE	20.933,33
DESENVOLV. INOV. TEC. EM MEDICAMENTOS	32.000,00
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	19.000,00
EDUCAÇÃO	105.600,00
ENFERMAGEM	60.500,00
ECOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL	34.000,00
ECONOMIA	40.600,00
ENGENHARIA MECÂNICA	152.000,00
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	64.000,00
ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL	84.000,00
ENGENHARIA ELÉTRICA	26.000,00
EDUCAÇÃO FÍSICA	31.100,00
FILOSOFIA MESTRADO	40.000,00
FILOSOFIA DOUTORADO	41.333,33
HISTÓRIA	37.000,00
INFORMÁTICA	74.000,00
LETRAS	100.000,00
LINGUÍSTICA	89.600,00
MATEMÁTICA DOUTORADO	33.600,00
MATEMÁTICA MESTRADO	55.000,00

MÚSICA	44.500,00
NUTRIÇÃO	50.000,00
ODONTOLOGIA MESTRADO	44.000,00
ODONTOLOGIA DOUTORADO	88.000,00
NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E COMPORTAMENTO	19.000,00
PSICOLOGIA SOCIAL MESTRADO	55.000,00
PSICOLOGIA SOCIAL DOUTORADO	80.000,00
PSICOLOGIA SOCIAL	35.000,00
PROD. NAT. E SINT. BIOATIVOS (LTF)	218.000,00
PRPG	243.910,00
SOCIOLOGIA	98.000,00
SERVIÇO SOCIAL	35.000,00
TOTAL PRPG	2.683.009,99
CCEN	
CURSOS	VALOR ANUAL CURSOS
FÍSICA	182.000,00
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ZOOLOGIA)	180.000,00
PRODEMA	52.000,00
PRODEMA DOUTORADO	15.085,71
GEOGRAFIA	96.000,00
MODELOS DE DECISÃO E SAÚDE	54.300,00
QUÍMICA	234.000,00
BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	58.000,00
PRÓ-REITORIA	87.138,57
TOTAL CCEN	958.524,28
CCA	
CURSOS	VALOR ANUAL CURSOS
AGRONOMIA	238.000,00
CIÊNCIA ANIMAL	22.000,00
MANEJO DE SOLO E ÁGUA	80.000,00
ZOOTECNIA MESTRADO	117.333,33
ZOOTECNIA DOUTORADO	70.000,00
PRÓ-REITORIA	52.733,33
TOTAL CCA	580.066,66
CCHSA	
CURSOS	VALOR ANUAL CURSOS
CIÊNCIAS AGRÁRIAS (AGROECOLOGIA)	24.000,00
TECNOLOGIA AGROALIMENTAR	44.000,00
PRÓ-REITORIA	6.800,00
TOTAL CCHSA	74.800,00
TOTAL UFPB	4.296.400,93

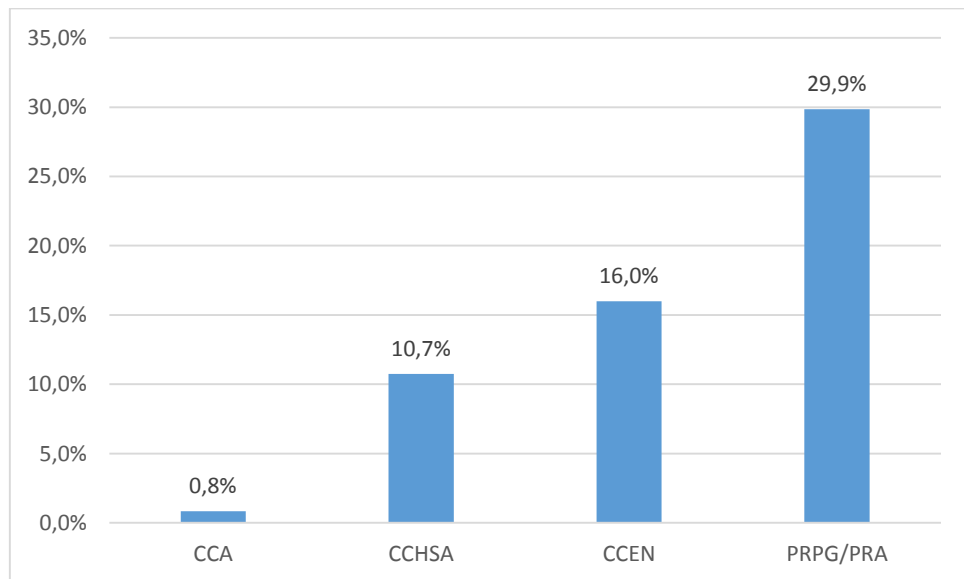
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CAPES

Isto posto, tendo em vista que os programas gerenciados pela PRPG, e posteriormente pela PRA, cerca de 42 cursos, representam cerca de 62% do total dos recursos PROAP direcionados à UFPB, optou-se por analisar a gestão exercida pela PRPG/PRA em 2014.

Além disso, ao definir as taxas de devolução de recursos PROAP em 2014 de cada unidade gestora da UFPB, constatou-se que o montante devolvido pela PRPG/PRA foi bastante expressivo, uma vez que, dos R\$ 967.501,84 não executados pela UFPB, cerca de R\$ 801.203,24 foram devolvidos pelos cursos geridos pela PRPG/PRA, o que representa cerca de 82% do total de devolução.

Com base no gráfico 14, conclui-se que a taxa de devolução da unidade gestora PRPG/PRA destoa das outras unidades, sendo possível concluir que tal montante contribuiu para o aumento significativo da taxa geral de devolução da UFPB. Daí que surge a importância e a justificativa para a delimitação do assunto da presente dissertação à gestão exercida pela PRPG/PRA.

Gráfico 14 – Percentual de devolução de recursos por unidade gestora da UFPB em 2014.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tesouro Gerencial.

Dessa forma, partindo para uma análise mais específica da unidade gestora PRPG/PRA, pesquisou-se junto aos referidos órgãos, dados da execução de cada programa por ele gerido.

Identificou-se, durante tais pesquisas, que todo o controle dos recursos PROAP é realizado por meio de planilhas de Excel, uma vez que os sistemas oficiais

que controlam o orçamento e a execução dos recursos não fazem distinção entre os programas, direcionando os recursos para a unidade gestora a que os cursos são subordinados. Portanto, é através de tais planilhas que há a possibilidade de identificar a execução dos recursos por cada programa, em cada natureza de despesa.

Deve-se ressaltar, que o controle da execução de recursos de cada programa pode ser utilizado para embasar pesquisas e fornecer dados que possibilitem a otimização da gestão dos recursos, fazendo com que o PROAP realmente alcance seus objetivos de proporcionar uma melhora na produção científica, na avaliação dos cursos e na formação de recursos humanos de qualidade.

E, por isso, por não existir um meio oficial para este controle, apenas através de dados alimentados em uma planilha Excel, que se defende o desenvolvimento de algum sistema interno, que possa oferecer um controle mais fidedigno da execução dos recursos PROAP de cada programa.

Nesse sentido, ao analisar os dados fornecidos pela PRPG/PRA, foi possível definir, em ordem crescente, a taxa de devolução dos recursos em 2014 por cada programa de Pós-Graduação, conforme tabela que se segue:

Tabela 14 - Taxa de devolução dos recursos PROAP dos programas pertencentes à unidade gestora PRA, em 2014.

PRPG	
CURSOS	PERCENTUAL DOS RECURSOS DEVOLVIDOS
ADMINISTRAÇÃO	0,0%
ARQUITETURA E URBANISMO	0,0%
HISTÓRIA	0,0%
LETRAS	0,0%
MATEMÁTICA DOUTORADO	0,0%
PSICOLOGIA SOCIAL	0,0%
SERVIÇO SOCIAL	0,0%
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLITICAS PÚBLICAS.	2,1%
EDUCAÇÃO FÍSICA	2,1%
CIÊNCIA E ENG. MATERIAIS	12,4%
CONTABILIDADE	12,8%
ODONTOLOGIA MESTRADO	14,5%
CIÊNCIA E TEC. ALIMENTOS	15,9%
NUTRIÇÃO	17,8%
ARTES VISUAIS	18,8%
ANTROPOLOGIA	20,1%
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	23,7%

PRODUTOS NATURAIS E SINTÉTICOS BIOATIVOS (LTF)	27,9%
FILOSOFIA DOUTORADO	29,1%
LINGUÍSTICA	30,0%
MÚSICA	30,9%
FILOSOFIA MESTRADO	34,6%
ECONOMIA	36,1%
CIÊNCIA DAS RELIGIÕES	38,3%
COMUNICAÇÃO	38,6%
INFORMÁTICA	40,8%
CIÊNCIAS JURÍDICAS	43,3%
EDUCAÇÃO	43,6%
SOCIOLOGIA	44,3%
ENFERMAGEM	44,9%
PSICOLOGIA SOCIAL MESTRADO	49,4%
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	57,8%
NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E COMPORTAMENTO	59,4%
ENGENHARIA MECÂNICA	62,7%
ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL	62,7%
PSICOLOGIA SOCIAL DOUTORADO	65,8%
DESENVOLV. INOV. TEC. EM MEDICAMENTOS	73,4%
ODONTOLOGIA DOUTORADO	81,5%
ENGENHARIA ELÉTRICA	81,6%
ECOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL	84,1%
BIOTECNOLOGIA	91,5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UFPB

Da análise dos dados, depreende-se que dos 42 cursos, apenas nove obtiveram uma taxa de devolução condizente com a média geral de anos anteriores da UFPB, abaixo de 5% de devolução. Todos os outros 33 cursos apresentaram taxas bem superiores à média anterior.

Deve-se destacar que os cursos que executaram 100% dos seus recursos e o programa de produtos naturais e sintéticos bioativos, ainda solicitaram remanejamento de valores para complementar as despesas assumidas pelos programas. Dessa forma, a PRPG, que recebe uma porcentagem do montante recebido pelos programas, repassou recursos para os cursos que necessitaram de complementação.

Por outro lado, contrapondo-se aos programas que conseguiram executar a totalidade de seus recursos, dez cursos não chegaram a executar 50% dos valores recebidos, alguns chegando ao patamar de, apenas, 20% de execução.

Dos programas que apresentaram maiores taxas de devolução, deve-se destacar o caso do programa de Biotecnologia, que foi criado no ano de 2014, o

que, provavelmente, prejudicou a execução dos recursos recebidos pelo programa naquele ano.

No mais, verifica-se que a taxa de devolução dos programas, salvo poucas exceções, é bastante expressiva e preocupante, o que demonstra que houve um desequilíbrio significativo na gestão dos recursos PROAP em 2014 que precisa ser analisado e identificado, com o intuito de proporcionar um melhor entendimento do ocorrido e o diagnóstico dos problemas, para que as soluções sejam apresentadas e implementadas.

Com isso, passa-se a analisar como se deu a gestão dos recursos PROAP no ano de 2014, a fim de identificar os fatores que motivaram uma devolução de recursos tão expressiva.

4.5 POSSÍVEIS CAUSAS DA DEVOUÇÃO DOS RECURSOS

Ao diagnosticar que houve um aumento expressivo da taxa de devolução dos recursos PROAP no ano de 2014, investiga-se, neste momento, quais seriam as causas ou fatos que contribuíram para este cenário.

Assim, destaca-se como um dos fatores mais relevantes ocorridos naquele ano, a mudança de gestão dos recursos PROAP da PRPG para a PRA. Até o mês de abril de 2014, a PRPG exercia, de maneira exclusiva, a função de execução dos recursos PROAP dos 42 cursos centralizados do *CAMPUS I*.

Ocorre que, de forma surpreendente e inesperada, decidiu-se que a PRPG não mais seria a unidade gestora responsável pela execução de tais recursos, mas sim a PRA. Considera-se tal fato como surpreendente, pelo fato de que não havia qualquer conhecimento a respeito de uma mudança tão significativa, ou qualquer previsão nos documentos de planejamento da UFPB, a exemplo do PDI.

Dessa forma, a partir do mês de maio de 2014, no meio do exercício financeiro, a execução dos recursos PROAP, geridos pela PRPG, passou a ser exercida pela PRA.

Não houve a extinção da unidade gestora PRPG, mas sim, a transferência da gestão dos recursos PROAP para outro órgão auxiliar, isso porque a PRPG ainda apresenta pendências de execução de anos anteriores, o que impede seu cancelamento até a resolução dos pagamentos pendentes.

Com a finalidade de obter mais detalhes e dados a respeito da mudança ocorrida, solicitou-se, junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) da UFPB, informações sobre a existência de processos ou documentos oficiais que instruíram tal mudança. No entanto, até a data de conclusão desta pesquisa, o questionamento não foi respondido, o que muito provavelmente indica a inexistência de processos que trataram e analisaram uma mudança de tamanha importância.

Ora, dada a relevância do assunto, espera-se que uma mudança dessa grandeza, isto é, de modificar, no meio de um exercício financeiro, a gestão dos recursos PROAP de um número expressivo de programas, seja amplamente discutida pela comunidade acadêmica e devidamente analisada pelos gestores, a fim de ponderar sua viabilidade e identificar as consequências que, porventura, os programas, as Pró-Reitorias envolvidas e a UFPB pudessem sofrer.

Segundo Drucker, o planejamento é

o processo contínuo de, sistematicamente e com maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvam riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões; e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas. (Drucker, 1998, p. 136)

Rizzati (2005) afirma que o planejamento universitário tem por finalidade auxiliar na tomada de decisão, devendo ser realizado de forma sistemática, possibilitando a rápida resolução das crises e problemas existentes na Universidade.

Assim, na contramão do que se entende por planejamento universitário, a mudança gerencial dos recursos PROAP foi efetivada em maio de 2014, inexistindo um estudo, qualquer debate a respeito ou previsão no PDI da instituição.

A transferência dos recursos PROAP para a PRA foi solicitada pelo Departamento de Atividades Financeiras (DAF) da PRPG em 09 de maio de 2014, através do processo de nº 23074. 20307/2014-72, sendo atendida pela Coordenação de Orçamento (CODEOR) no dia 12 de maio de 2014.

Dessa forma, a gestão dos recursos PROAP, de cerca de 42 cursos, com um orçamento de total de R\$ 2.683.009,99, passou a ser realizada pela PRA.

Uma das primeiras consequências sofridas por esta ação intempestiva foi o aumento considerável na demanda de trabalho da PRA, uma vez que, além de exercer as funções inerentes ao setor, incorporou os serviços de execução do PROAP.

Além disso, foi necessária uma rápida adaptação dos servidores da PRA às peculiaridades do PROAP, que, conforme já visto, apresenta regras específicas para a utilização de seus recursos.

Na tentativa de suprir a nova demanda do setor, nove servidores lotados na PRPG foram remanejados para a PRA. Merece destaque o fato de que a solicitação de emissão de portaria de mudança de setor dos servidores da PRPG não foi solicitada pelo referido órgão auxiliar. Tal solicitação só ocorreu no dia 29 de julho de 2014, através do memorando eletrônico nº 155/2014, pela PRA, sem qualquer processo que instrísse ou justificasse a mudança solicitada, configurando-se, apenas, numa manobra de regularização dos servidores no novo setor.

No entanto, mesmo com a distribuição desses servidores nos mais diversos setores da PRA, como os de empenho para compra de materiais e contratação de serviços, e os de contabilidade, havia uma defasagem no número de servidores para atender a nova demanda, o que pode ter tornado o rito processual mais lento e dificultado o atendimento das solicitações.

Há de se destacar, também, que os procedimentos adotados pela PRA são diferentes daqueles adotados pela PRPG. Todos os ritos processuais da PRA são normatizados e devidamente instruídos por formulários específicos e documentações comprobatórias. A análise das solicitações também segue o critério normativo, atendendo às exigências que a gestão pública impõe à utilização dos recursos públicos.

Houve, portanto, uma ruptura abrupta da estrutura existente. Como exemplo, podem-se citar as solicitações referentes a diárias e passagens para servidores e colaboradores.

Na PRPG, as solicitações são feitas pelos programas através de um processo físico, e, por conseguinte, os servidores da PRPG providenciavam a solicitação pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)¹⁴. Ressalta-se que os

¹⁴ Sistema eletrônico que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens realizadas no interesse da administração, em território nacional ou estrangeiro.

servidores da PRPG tinham acesso e treinamento para utilização do sistema e, portanto, além da análise dos processos, também tratavam das solicitações.

Na PRA, os servidores do setor analisam as solicitações que são feitas diretamente pelos centros e programas no próprio sistema SCDP. Não há solicitação por processo físico, e sim um servidor de cada centro, devidamente habilitado a fazer solicitações no próprio SCDP. Com isso, para se adequar ao novo procedimento de solicitação, cada Programa de Pós-Graduação deveria ter um servidor habilitado e com domínio do sistema para fazer as solicitações de seu setor para, então, a PRA analisar e aprovar a despesa.

Nota-se, portanto, que houve uma significativa mudança no procedimento de solicitação, o que exigiria um período de transição e treinamento para que houvesse uma melhor adaptação por parte dos programas. Realizou-se apenas uma reunião com os representantes dos Programas para apresentação do sistema e dos procedimentos adotados pela PRA, inexistindo um treinamento específico e aprofundado para tanto.

Apenas em 04 de novembro de 2014, a PROGEP divulgou o edital 31/2014 tornando pública a abertura das inscrições para curso de capacitação do SCDP, direcionado a todos os servidores técnico-administrativos da UFPB.

Como a mudança gerencial dos recursos PROAP ocorreu em maio de 2014, os Programas tiveram que manusear um sistema pouco conhecido por eles, sem qualquer treinamento prévio ou período para transição, o que, sem dúvidas, pode ter sido decisivo para que a taxa de devolução dos recursos referentes a diárias e passagens tenha sido tão expressiva, 47% e 38%, respectivamente.

Destaca-se que, apesar da execução dos recursos ser de responsabilidade da PRA, ainda cabe à PRPG, a representação de órgão responsável pela Pós-Graduação da UFPB perante a CAPES, tanto que à PRA são disponibilizados apenas os dados necessários à execução, sem qualquer contato com o órgão de fomento.

O mesmo vale para os Programas, uma vez que a PRPG atua como responsável pelo planejamento e coordenação dos recursos PROAP, cabendo à PRA apenas a execução desses recursos. Não há qualquer participação da PRA no planejamento administrativo do PROAP.

A Pós-Graduação da UFPB tem, portanto, duas figuras de subordinação, a PRPG, como órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e

controlar as atividades de Pós-Graduação, e a PRA como órgão responsável por funções específicas nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares, atuando diretamente na execução dos recursos, como ordenador de despesas do PROAP.

Dessa forma, verifica-se que a tramitação dos processos referentes aos recursos PROAP passa por duas Pró-Reitorias: inicialmente, a PRPG, para gestão e direcionamento dos recursos; e, em seguida, pela PRA, para a realização dos empenhos, análise e execução das solicitações. Tal procedimento de execução, adotado a partir de 2014, aparenta ser mais lento para a gestão dos recursos PROAP, antes feito exclusivamente pela PRPG.

Faz-se relevante destacar que não se consideram os procedimentos adotados pela PRA como ponto negativo. A exemplo disso, cita-se o caso das solicitações de passagens aéreas, que, na PRA, devem ser solicitadas com, no mínimo, 10 dias de antecedência, proporcionando ao setor tempo hábil para a solicitação, bem como, evitando a compra de passagens mais caras. Entende-se, portanto, que a normatização e a análise criteriosa dos processos são essenciais para a gestão dos recursos públicos, seja qual for sua fonte.

Ocorre que não houve uma ação conjunta de planejamento entre as Pró-Reitorias de Administração, de Pós-Graduação e de Planejamento (PROPLAN), com o intuito de planejar e coordenar as ações inerentes à execução dos recursos PROAP, o que, provavelmente, dificultou a criação e adaptação dos novos procedimentos.

Apesar de entender que a mudança gerencial dos recursos PROAP em meio ao exercício financeiro de 2014 sem qualquer estudo ou análise sobre suas consequências foi o ponto fundamental que ocasionou a devolução expressiva de tais recursos, indica-se, ainda, outras possibilidades que poderiam ter contribuído para o cenário estabelecido em 2014.

Nesse sentido, outro fator, apontado como influenciador para a devolução expressiva de recursos em 2014, foi a greve dos servidores técnico-administrativos, deflagrada no dia 17 de março de 2014, estendendo-se até 25 de junho de 2014. No entanto, mesmo em estado de greve, os setores da PRA não pararam suas atividades, e mesmo atuando em regime de escala, os servidores atenderam todas as solicitações realizadas pelos programas de Pós-Graduação.

Destaca-se que, nos últimos 14 anos, a UFPB enfrentou outras greves¹⁵ de seus servidores técnico-administrativos e que, conforme dados já apresentados, não influenciaram negativamente a execução dos recursos PROAP dos outros anos. Entende-se, portanto, que não seja esse o ponto fundamental que tenha ocasionado o aumento da devolução de tais recursos.

Outro ponto relevante, que pode ser levantado como motivação para a inexecução dos recursos PROAP, foi o contingenciamento das despesas ocorrido ao longo da execução orçamentária de 2014.

A Universidade, em seu Relatório de Gestão do ano de 2014 (UFPB, 2015), afirma que o contingenciamento provocou alterações significativas no planejamento institucional, mas que, no entanto, os impactos sofridos no exercício de 2014 foram mínimos, admitindo que pudessem gerar alguma reação na execução orçamentária e financeira do ano de 2015.

Assim, com base na análise da própria Universidade, conclui-se que o contingenciamento do Governo Federal, que atingiu a todas as Universidades do Brasil, não foi o fator principal e motivador para a expressiva inexecução dos recursos PROAP em 2014.

Dessa forma, ao levantar todos os eventos que poderiam exercer alguma influência negativa na execução dos recursos PROAP em 2014 e analisá-los de maneira crítica, pode-se deduzir que a intempestiva e desorganizada mudança gerencial dos recursos PROAP para a PRA favoreceu a alta taxa de inexecução dos recursos, provocando consequências relevantes que podem ter afetado a qualidade e o desenvolvimento da Pós-Graduação da UFPB.

Uma vez comprovada que a taxa de devolução dos recursos PROAP da UFPB foi bastante significativa se comparada com outras universidades da mesma região, ou comparada à sua própria série histórica, e constatando-se que, entre as unidades gestoras, a taxa de devolução da PRPG/PRA se destaca, confirma-se, a hipótese levantada anteriormente.

¹⁵ De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba (SINTESPB), as greves que atingiram a UFPB ocorreram da seguinte forma: no ano de 2000 do dia 10/05 a 11/08; no ano de 2001 do dia 25/07 a 20/10; em 2003, do dia 08/07 a 03/09; em 2004, do dia 22/06 a 08/09; no ano de 2005 do dia 18/08 a 21/11; em 2007, de 31/05 a 10/09; em 2011, do dia 06/06 a 26/09, no ano de 2012, de 11/06 a 27/08.

4.6 PROPOSIÇÕES E ORIENTAÇÕES

Entendendo que a hipótese levantada nesta dissertação foi confirmada, e considerando o novo cenário da gestão dos recursos PROAP, agora subordinada à PRPG e PRA, apresenta-se, a seguir, algumas proposições e orientações para implementação nesses setores, a fim de otimizar a execução e, por consequência, oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento da Pós-Graduação da UFPB.

Indica-se a realização de reuniões periódicas entre as Pró-Reitorias envolvidas, com a presença de seus gestores e servidores, a fim de organizar e otimizar os procedimentos de solicitação e análise dos processos. Deve existir uma maior interação entre os dois órgãos, para que, juntos e organizados sistematicamente, possam oferecer o melhor cenário para a execução desses recursos.

Indica-se também que seja confeccionado um fluxograma dos processos que tramitam entre as Pró-Reitorias responsáveis pela execução desses recursos, para que seja de conhecimento de todo o caminho a ser percorrido pelas solicitações, de maneira a facilitar o acesso e o atendimento das mesmas.

Uma das ações indicadas para o melhor controle de execução dos recursos é o desenvolvimento de um programa que possibilite o acompanhamento real da execução de cada natureza de despesa dos recursos PROAP de cada Programa e, assim, de maneira individualizada e confiável, ter-se-ia um quadro geral de sua execução.

Defende-se que a execução de cada Programa seja analisada, a fim de identificar possíveis problemas de execução ou planejamento que possam ser sanados logo que diagnosticados, bem como os acertos, para que possam ser aplicados aos outros. Para tanto, deve-se abrir mão das planilhas de Excel e partir para um sistema que ofereça informações fidedignas à realidade de cada Programa.

Ainda no campo do planejamento, indica-se que seja implementado um calendário administrativo, definindo datas de reuniões de planejamento, previsões de datas de início e fim da execução, datas para entrega do planejamento de cada Programa, entre outros pontos importantes que, uma vez definidos, possibilitaria o melhor planejamento dos Programas de Pós-Graduação e das próprias Pró-Reitorias.

Recomenda-se, ainda, que as reuniões realizadas com os coordenadores dos Programas, excedam o limiar informativo e que possuam um caráter colaborativo e de planejamento para com as atividades da Pós-Graduação da UFPB.

Em virtude da tendência de informatização dos procedimentos que a UFPB vive e pela rotatividade de servidores e coordenadores dos programas, aconselha-se que seja oferecido treinamento periódico obrigatório para os servidores dos Programas de Pós-Graduação para a utilização de sistemas, como o SCDP, e os que integram o Sistema Integrado de Gestão (SIG)¹⁶, para que não haja dificuldades na solicitação de despesas que exigem manuseio em sistemas específicos.

Ressalta-se que, apesar da análise focar nos Programas que estão subordinados à PRA, as ações indicadas com o intuito de melhorar a gestão dos recursos PROAP podem ser aplicadas pelas outras unidades gestoras, a fim de melhorar seus resultados.

Com a implementação dessas sugestões, acredita-se que se possa criar um ambiente propício para o planejamento das ações e um melhor aproveitamento dos recursos destinados aos Programas de Pós-Graduação da UFPB, e, a partir disso, possibilitar que o PROAP atinja seus objetivos de desenvolver a Pós-Graduação de maneira a formar, com qualidade, pesquisadores e que o conhecimento seja cada vez mais aprofundado.

¹⁶ Formam um conjunto de sistemas que tem por finalidade administrar informações e procedimentos de diferentes áreas funcionais, como recursos humanos, patrimônio, administrativo e acadêmico, dentre outros, propiciando integração dessas informações, possibilitando seu gerenciamento de maneira eficiente e segura

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central desta dissertação concentrou-se em entender a aplicação dos recursos PROAP na UFPB no ano de 2014, bem como diagnosticar e identificar possíveis problemas que tenham ocasionado uma devolução bastante expressiva dos recursos direcionados à Pós-Graduação da UFPB naquele ano.

Outros objetivos, igualmente importantes, foram traçados, tais como: descrever a evolução histórica da Pós-Graduação no Brasil, analisando o papel dos órgãos de fomento em proporcionar, através de bolsas e recursos específicos, melhores condições para a formação de recursos humanos, pesquisadores e o aprofundamento do conhecimento no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* do país.

Levantou-se a hipótese de que a mudança da unidade gestora dos recursos PROAP de 42 cursos, no ano de 2014, contribuiu para os resultados negativos apresentados naquele ano.

No decorrer desta investigação, restou claro que a Pós-Graduação demorou a se desenvolver no Brasil. Muito em decorrência do tipo de colonização que o país sofreu, uma vez que a exploração dos recursos naturais era o ponto fundamental para os portugueses. Entretanto, uma mudança ocorreu e, junto com a transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, surgiu o interesse de investir na cultura e na produção científica do país.

Ocorre que o desenvolvimento da Pós-Graduação foi tímido ao longo dos anos, sendo instituída oficialmente apenas em 1965, com a promulgação do Parecer Sucupira. A partir daí, a Pós-Graduação passou a ser submetida a políticas públicas que visavam o seu desenvolvimento e a melhoria de sua qualidade, a exemplo dos Planos Nacionais de Pós-Graduação.

O PNPG 2011-2020, plano em vigência, foi analisado detalhadamente no sentido de avaliar sua dimensão e viabilidade. Por conseguinte, concluiu-se que, apesar de apresentar boas propostas e diretrizes, dificilmente as metas estabelecidas para a Pós-Graduação brasileira serão atingidas, em virtude do novo cenário econômico do Brasil, que sofre com os efeitos de uma grande crise financeira e política.

Analisou-se também como se dá o financiamento da educação superior no Brasil e constatou-se que houve tendência de crescimento dos investimentos nos

últimos dez anos. Demonstrou-se ainda que o financiamento da Pós-Graduação brasileira tem os órgãos de fomento como principais fontes, que têm por finalidade manter e expandir este nível de ensino.

A atuação dessas agências, mais precisamente da CAPES e do CNPq, foi minuciosamente estudada, sendo apresentados todos os programas por elas oferecidos. O PROAP, programa de responsabilidade da CAPES, e tema central desta dissertação, foi analisado profundamente. Observou-se toda a regulamentação existente para a utilização dos recursos disponibilizados pelo PROAP. Constatou-se ainda que os valores destinados aos programas pelo PROAP cresceram significativamente nos últimos dez anos, o que evidencia a importância desse nível de ensino.

Situou-se a UFPB no contexto nacional, evidenciando sua importância, já que ocupa lugar de destaque entre as universidades do país, bem como analisou-se o que a Instituição estabelece como metas e diretrizes para sua Pós-Graduação em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que tem vigência de 2014 a 2018.

Com isso, concluiu-se que há grande responsabilidade da UFPB e sua Pós-Graduação em cumprir com a sua função social para com a sociedade em geral. Para tanto, os recursos que são destinados à sua manutenção e desenvolvimento devem ser totalmente executados, de maneira a oferecer condições para formação de recursos humanos e produção de conhecimento.

No entanto, no decorrer desta investigação, verificou-se que a UFPB devolveu um grande montante de recursos do PROAP ao fim do exercício financeiro de 2014, chegando ao patamar de 22% do orçamento total, valor bastante destoante dos apresentados nos anos anteriores. Além disso, compararam-se os números apresentados pela UFPB com outras universidades da região Nordeste e verificou-se que a taxa apresentada pela UFPB foi bastante expressiva, evidenciando a existência de problemas na gestão de seus recursos.

Assim, a execução dos recursos PROAP pela UFPB foi detalhadamente analisada, sendo identificado que o percentual de devolução de recursos foi maior nos programas sob a responsabilidade da unidade gestora PRPG, que representa cerca de 62% de todo o orçamento PROAP da universidade. Com isso, passou-se a analisar os fatores que influenciaram a inexecução dos recursos por esta unidade gestora.

Identificou-se, que, no meio do exercício financeiro de 2014, a gestão dos recursos PROAP passou a ser realizada por outra unidade, a PRA. Observou-se a ausência de processos ou documentos oficiais que instruíram a referida mudança ocorrida, portanto, não houve a apresentação de qualquer estudo, discussão pública ou participação da comunidade acadêmica.

A prática do planejamento, tão importante para desenvolver e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, ao que tudo indica, não foi adotada, nesse caso específico, pela gestão universitária. Com isso, a mudança repentina foi concretizada sem a realização de treinamentos, tanto para os servidores da nova unidade gestora responsável, como para os servidores dos Programas de Pós-Graduação.

Entendeu-se que os ritos processuais adotados pela PRA, apesar de serem devidamente normatizados e condizentes com a gestão criteriosa dos recursos públicos, eram diferentes daqueles utilizados pela PRPG e, por isso, geraram uma dificuldade de adaptação por parte dos programas.

Na análise do processo de mudança de unidade gestora, verificou-se que outros fatores que poderiam corroborar como possíveis causas para a alta devolução dos recursos não tiveram peso necessário para que de fato justificasse a devolução na proporção que aconteceu no ano de 2014. Concluindo-se, portanto, que a mudança intempestiva e sem qualquer planejamento da gestão dos recursos PROAP para a PRA acarretou prejuízos à Pós-Graduação da UFPB no ano de 2014, confirmando a hipótese levantada.

Por fim, a título de sugestões, apresentou-se proposições e orientações com a finalidade de sanar os problemas identificados e otimizar a utilização dos recursos PROAP por todos os Programas de Pós-Graduação da UFPB. Nota-se que todas as ações propostas apresentam um viés de planejamento, o que evidencia sua importância para a gestão dos recursos públicos em geral.

Torna-se imperioso que o planejamento esteja presente em cada ato da universidade ou de qualquer outro órgão público. Trata-se de impor uma visão do futuro na gestão, que, neste caso, apresenta implicações diretas na formação de recursos humanos, pesquisadores, na produção científica e nas perspectivas futuras da UFPB.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Pesquisa científica: noções introdutórias.** In: _____. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARGUIN, G.O. **O Planejamento Estratégico no Meio Universitário.** Brasília, 1988.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil:** novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK. C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARROS, E. M. C. **Política de Pós-Graduação: um estudo da comunidade científica.** São Carlos, Ed. UFSCar, 1998.

BARRETO, F. C. de S.; DOMINGUES, I. **O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós- graduação.** Educ. rev., Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 17-53, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000300002>.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938.** Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Brasília. 1938.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação. Conselho Nacional Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Centro de Memória.** Disponível em <<http://centrodememoria.cnpq.br/Missao.html>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº. 10, de 11 de março de 2002.** Dispõe sobre o credenciamento, transferência de

manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior. Brasília. 2002.

_____. _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010.

_____. _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. Disponível em <<http://www.CAPES.gov.br/sobre-a-CAPES/historia-e-missao>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Geocapes**. Disponível em <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Gestão do exercício de 2014**. Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Contas_Publicas/2014_Relatorio_de_Gestao_CAPES.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016

_____. _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 20 jun. 2016

_____. _____. **Decreto nº 29.741, 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília: 1951.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009**. Volume II Manual de Despesa Nacional / Ministério da

Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. – 1. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. 120 p.

CARVALHO, C. H. A. **Política para o ensino superior no Brasil (1995 - 2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, 2006. Anais. Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--In.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2016

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Marcelo Lúcio Ottoni de. **A educação na Constituição de 1988 e a LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília: André Quicé, 1988.

CORDOVA, R. de A. et al. **A Pós-Graduação na América Latina: o caso brasileiro.** Brasília: UNESCO/CRESALC/MEC/SESu/CAPES, agosto/1986.

CUNHA, L. A. **Reforma Universitária em crise.** In: _____. TRINDADE, H. (org.). *Universidade em Ruínas na República dos Professores.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____, **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil.* 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003. pp.151-204.

CURY, C. R. J. **Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 777-793, out. 2004.

DRUCKER, P. **Introdução à administração.** São Paulo: Pioneira, 1998.

FÁVERO, O. **Reavaliando as avaliações da CAPES.** In: *A avaliação da pós-graduação em debate.* São Paulo: ANPEd, 1999. Disponível em:

<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/482>>

Acesso em: 10 maio 2016.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. **Apostila do curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem – informática educativa**. Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>> Acesso em 10 jan. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓES, P. **Aspectos administrativos da educação pós-graduada no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 224-231, 1972.

GUTERRES, C. R. J.; RAYS, O. A. **A Faculdade Interamericana de Educação na expansão da Pós-Graduação no Brasil**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 30, p. 82-94, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300007>.

HOSTINS, R. C. L. **Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira**. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan. 2006. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>>. Acesso em: 21 nov. 2015. Doi:<http://dx.doi.org/10.5007/10315>.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, R. J. **Crise no CNPq afeta custeio de pesquisas.** Folha de S. Paulo. Caderno 1, p. A3, 20 ago. 2002.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. de. **Temas e tramas na pós-graduação em educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, Dec. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302005000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000400015>.

MACHADO, L. R. de S. **Educação e os desafios das novas tecnologias.** In: FERRETTI, Celso et al (Orgs.) Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MENDONÇA, A. W. P. C. **A pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira.** Educar em Revista. Curitiba, PR, Editora UFPR, n. 21, 2003.

MESCOUTO, J. V. da S. **Política de pós-graduação e formação de jovens pesquisadores no contexto institucional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.** 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3304>> Acesso em: 04 abr. 2016

MINAYO M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MINAYO, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORAIS, M. C. M. - **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta.** Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000. 308 f. (Teses NUP;

5). ISBN 8587103059. Disponível em: <<http://nup.ced.ufsc.br/teses-nup/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C.de. **Trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/StXw7p>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

RANIERI, N. B. S. **O direito educacional no sistema jurídico brasileiro**. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS, PROMOTORES DE JUSTIÇA E DEFENSORES PÚBLICOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. *Justiça pela Qualidade na Educação*. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, D. **Os cursos de pós-graduação**. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

RIZZATI, G; JUNIOR, G. R. **Importância do planejamento para as Universidades**. 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97199>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ROMEO, J., ROMEO, C., JORGE, V. **Estudos de pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139901por.pdf>>. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acesso em: 21 nov. 2011.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2004, p.19. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2015.

SANTOS, C. M. dos. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, Ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>.

SCHWARTZMAN, J. Financiamento da pós-graduação no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **VI Plano Nacional de pós-graduação (PNPG)2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>. Acesso em: 15 out. 2015

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Estrutura e condição: argumentos em favor dos métodos estruturalistas em pesquisas no campo das ciências de gestão**. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV (EBAPE/FGV), v. 38, n. 2, 2004, p. 226.227.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018**. João Pessoa, Dez/2014. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/?q=pdi_2009_2012> Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. Relatório de Gestão de 2014. João Pessoa, Mar/2015. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>> Acesso em: 09 nov. 2016.

WANDENKOLCK, R. V. **O CNPq e a política de fomento às ciências sociais: o caso da sociologia**. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Disponível em: <<http://pos.fflch.usp.br/node/44261>>. Acesso em: 20 dez. 2015.